



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1311/09	DATA: 26/08/2009
INÍCIO: 14h29min	TÉRMINO: 17h00min	DURAÇÃO: 02h31min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h31min	PÁGINAS: 51	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ROSELI GOFFMAN – Representante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC. JONAS VALENTE – Representante do Coletivo Intervozes. RICARDO FIGUEIREDO MORETZSOHN – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP na Coordenação Executiva da campanha <i>Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania</i> . MARCUS VINÍCIUS AGUIAR MACEDO – Procurador da República e representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal.

SUMÁRIO: Debate sobre os procedimentos preparatórios da 1ª Conferência Nacional de Comunicação — CONFECOM e lançamento de dados estatísticos mais recentes da campanha <i>Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania</i> .
---

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Audiência pública. 26 de agosto de 2009.

Declaro abertos os trabalhos da presente audiência pública, que tem como finalidade debater os procedimentos preparatórios da 1ª Conferência Nacional de Comunicação — CONFECOM e lançar os dados estatísticos mais recentes da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*.

É com satisfação que colocamos hoje em pauta 2 temas muito caros aos direitos humanos: a Conferência Nacional de Comunicação e a campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*.

Queremos reafirmar, em nome da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, nossa compreensão de que a comunicação não é apenas um direito humano, mas também um instrumento fundamental para que outros direitos sejam efetivamente realizados.

Um documento da Organização das Nações Unidas, datado de 1946 — antes, portanto, da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos —, afirma a importância transversal da comunicação para o desenvolvimento da humanidade, enquanto direito humano fundamental no sentido básico, por ser pedra de toque de todas as liberdades, às quais estão consagradas as Nações Unidas, fator essencial de qualquer esforço sério para fomentar a paz e o progresso no mundo.

Além da Declaração Universal e da Convenção Americana dos Direitos Humanos, ambas ratificadas pelo Brasil, outros tratados internacionais consagram o direito humano à comunicação. A UNESCO, ao lançar, em 1980, o documento intitulado *Um Mundo e Muitas Vozes*, definiu a comunicação como um dos direitos que abre porta para outros direitos humanos.

O Coordenador da equipe que produziu o documento foi o irlandês Seán MacBride, Prêmio Nobel da Paz. Daquela Comissão também participaram Gabriel García Márquez e Juan Somavia, Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho — OIT. Portanto, a abordagem da comunicação como direito humano não deve ser vista como novidade.

É nessa respectiva que vem sendo construída a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, cujo título é bastante explícito com relação a seus objetivos oficiais: *“Comunicação: Meios para a Construção de Direitos e de Cidadania na Era Digital”*.



Lembro que esta Comissão tem trabalhado desde 2005 junto a movimentos sociais e ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação para que essa Conferência fosse realizada. Inclusive, participamos, desde a sua criação, em 2007, da Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação, da qual participam 36 organizações de âmbito nacional ligadas à comunicação.

É possível dizer hoje que a 1ª Conferência Nacional de Comunicação terá sua etapa nacional realizada de 1º a 3 de dezembro deste ano. Ela já é uma realidade.

Além da Comissão, foi também com a perspectiva da comunicação como direito humano que nasceu a campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*, criada por esta Comissão e entidades da sociedade civil em 2002 para acolher e dar encaminhamento às denúncias da população relacionadas a violações de direitos humanos cometidas por meio da televisão.

A campanha hoje está consolidada como um instrumento importante de valorização dos direitos humanos na tevê.

Depois da segunda Mesa, teremos recebido as denúncias da população.

Peço perdão por ter feito uma troca de páginas, mas, como o texto será distribuído aos senhores, irei em frente, dado inclusive o nosso tempo.

Para compor a primeira Mesa, que discutirá essa questão mais geral, estão convidados os expositores Deputada Luiza Erundina, representante da Câmara dos Deputados na Comissão Organizadora da CONFECOM; a Sra. Roseli Goffman, representante do Fórum Nacional pela Democracia da Comunicação; e o Sr. Jonas Valente, representante do coletivo Intervozes. Convidamos os 3 a tomarem assento à Mesa.

Na segunda Mesa trataremos da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*. Para isso contaremos com o Sr. Ricardo Moretzsohn, representante da Comissão Executiva da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania* e membro do Conselho Federal de Psicologia; o Sr. Marcus Vinicius Aguiar Macedo, Procurador Regional da República da 4ª Região e Coordenador do Grupo de Trabalho Sobre Comunicação Social, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Dando início às exposições dos nossos convidados, esclareço que o tempo concedido aos expositores será de 10 a até 15 minutos. Após as exposições, será



concedida a palavra aos Deputados presentes, respeitada a ordem de inscrição. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para formular suas considerações ou pedidos de esclarecimentos.

Esclareço que esta reunião está sendo gravada, para posterior transcrição, e por isso solicito que falem ao microfone.

Saúdo todos os presentes.

Comunico que não se encontra presente o Presidente da Comissão, Deputado Luiz Couto, porque está em viagem à Costa Rica, onde participa de encontro sobre direitos humanos na América Latina.

Concedo a palavra à nossa primeira convidada, Deputada Luiza Erundina, representante da Câmara dos Deputados na Comissão Organizadora da Conferencia Nacional de Comunicação.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Sr. Presidente, Deputado Pedro Wilson; colega Jonas; Roseli; Dr. Marcus Vinicius, boa tarde.

Quero saudar também as colegas Parlamentares Cida Diogo e Manuela d'Ávila e dizer, inclusive, a todos que estão aqui que a Deputada Cida Diogo também representa a Câmara dos Deputados na Comissão Organizadora da Conferência.

Quero também saudar a Comissão de Direitos Humanos, que continua firme, fiel e presente nesse esforço que vem sendo desenvolvido há vários anos pela realização da 1ª Conferencia Nacional de Comunicação. Depois de vários anos, tivemos a conquista dessa Conferência.

Se não fosse a mobilização forte, organizada e politizada da sociedade civil, através de dezenas de entidades, dificilmente teríamos conseguido condições políticas para a convocação dessa Conferência, que vem sofrendo uma série de percalços desde o seu início. A primeira dificuldade foi conseguir que o Presidente da República decretasse a sua convocação, o que foi feito no último Fórum Social Mundial e marcou, evidentemente, o momento inicial, a partir do qual se desencadeou o processo de organização e de preparação dessa Conferência.

A construção e a organização da Conferência tem 3 segmentos. O primeiro deles é a sociedade civil — embora também os empresários sejam parte da sociedade civil, eles apresentam certas características, demandas, interesses que os colocam evidentemente numa posição diferenciada daquela que se considera



como a sociedade civil representada pelas entidades que estiveram desde o início na Comissão Pró-Conferência e que vem se mantendo permanentemente reunidas, discutindo, administrando as diferenças que existem no seio deste próprio coletivo. É graças a essa construção paciente, persistente e competente que a Conferência poderá ser realizada — eu tive o privilégio de acompanhar esse processo desde o primeiro momento, tenho aprendido muito e posso lhes assegurar que se não fosse a competência, a determinação, a garra desse coletivo da sociedade civil, não teríamos conseguido sentar à mesa com os empresários, distribuídos em 8 grupos, representando os diversos setores do sistema de comunicação da mídia nacional, além do Governo.

Quer dizer, foi graças a esse empenho, a esse esforço e a esse processo de construção delicada, contraditória, em alguns momentos até apresentando certo antagonismo, que chegamos a uma mesa de debates e à administração dos conflitos de interesses.

E o ponto alto foi ontem. Alto no sentido de que se conseguiu superar um impasse que estava realmente atrasando a definição de uma agenda e o início da convocação das conferências estaduais, municipais e regionais, ou intermunicipais, que dependia da decisão última da Comissão Organizadora, que se compõe de Governo, entidades da sociedade civil e empresários, para poderem os Governos Estaduais e Municipais deslanchar, convocar suas conferências e, a partir daí, desencadear o processo nas bases da sociedade.

Não obstante isso, ou seja, o encaminhamento formal dessa questão, já se pode dizer que a Conferência está na rua, já está acontecendo nos locais mais distantes deste País. E eu costumo dizer que o saldo organizativo que já se acumulou no curso desses anos e desse processo justificaria esse processo de preparação da Conferência Nacional.

É um tema que não estava na agenda da sociedade, pelo menos com o nível de importância, peso e presença que tem hoje, e, portanto, podemos considerar uma conquista, uma vitória termos colocado na agenda da sociedade esse debate e conseguirmos mobilizar a sociedade em torno dele, o que vai garantir, evidentemente, uma Conferência bastante representativa, legitimada e qualificada. Por conta disso, a responsabilidade das entidades que desencadearam esse



processo e que são as responsáveis diretas pela conquista da 1ª Conferência é exatamente com o pós-conferência. Acho que mais importante do que a Conferência em si são as conferências preparatórias, esse processo de acúmulo político e social a partir do debate que se desencadeou há mais de 2 anos, e o pós-conferência, que vai, evidentemente, exigir essa força política que se acumulou e essa capacidade de pressão política, para que o Governo possa ter condições e força para implementar no País as decisões necessárias a uma política de comunicação social que reflita o máximo possível o pensamento médio que vai se expressar naquela 1ª Conferência Nacional de Comunicação.

Por que pensamento médio? Porque essa não será uma conferência deliberativa, mas uma conferência que vai resultar em propostas, na apresentação de resoluções, na explicitação de compromissos, o que evidentemente significa a força política indispensável e necessária para que, já no Governo Lula, no seu último ano, e no de quem vir após, aquilo que a sociedade vai exigir na 1ª Conferência Nacional seja implementado.

Essas decisões iniciais para deslanchar o processo já poderiam ter sido tomadas há mais de 1 mês, como a aprovação de um Regimento Interno que estabeleça as bases, os limites e as normas do ordenamento que vai ser seguido na realização das Conferências Preparatórias e nas Conferências Estaduais, que vão definir os delegados para a Conferência Nacional.

Por conta exatamente das divergências e do conflito de interesses no seio da Comissão Organizadora, somente ontem, depois de um longo e penoso inverno, conseguiu-se fazer isso. Foram feitas concessões demais, a meu ver, do lado da sociedade civil para os empresários, não na sua totalidade, mas num número reduzido a 2 grupos de empresários, dos 8 grupos que estavam representados na Comissão Organizadora — 6 se retiraram, por absoluta intransigência, por absoluta insensibilidade a qualquer tipo de diálogo ou de negociação. Isso demonstra que esse segmento não tem abertura, flexibilidade e cultura política para compreender que questões como essas passam pela necessidade de diálogo, de concessões de parte a parte para se resolverem os impasses e as dificuldades que estiveram presentes até o final da tarde de ontem.



Depois de um dia intenso de esforço para se chegar a algum acordo, só no finalzinho da tarde, com a mediação de alguns Ministros do Governo Lula, conseguiu-se isso, e fazendo — repito — concessões, a meu ver, muito grandes da parte da sociedade civil, do ponto de vista daquilo que era exigido, era imposto como condição para esses empresários permanecerem no fórum da Comissão Organizadora — mesmo reduzidos a 2 grupos.

Nós avaliamos que, apesar de as concessões terem sido grandes demais, e em grande quantidade, foi importante ter conseguido que pelo menos 2 segmentos do empresariado do setor de comunicação, do sistema de comunicação, se mantivessem na organização e no encaminhamento das Conferências Estaduais e da Conferência Nacional.

Então, estamos neste ponto e começamos agora a discutir o temário — não o temário em si, mas o documento referência — que vai ser a base dos debates, das discussões, em todos os níveis de debate e de representação da sociedade.

Algumas outras regras já foram estabelecidas ontem, como o número de delegados na Conferência Nacional. Ficou estabelecido um número de 1.500 delegados. A proporcionalidade da representação não foi a que a sociedade queria. Primeiro, o número de delegados deveria ser muito maior do que esse. Pensava-se inicialmente em uns 3 ou 4 mil delegados, a exemplo do que tem ocorrido com as demais conferências nacionais, relativas às outras políticas públicas, realizadas em número superior a 50 só no Governo Lula — não tenho certeza se foram realizadas só no seu Governo, mas sei que mais de 50 conferências nacionais sobre políticas públicas já foram feitas, e sempre com um número crescente de delegados. Esta, entretanto, ficou com o limite de 1.500 delegados.

Além disso, queríamos uma proporcionalidade maior de representação da sociedade civil, até porque, do ponto de vista da proporcionalidade, sem dúvida alguma, até quantitativamente dá para se imaginar que, para ser mais equilibrado, teria que haver uma representação maior de um segmento que não os empresários, mas membros da sociedade civil, em relação também à representação do Governo. Mas a sociedade teve que ceder. Nós queríamos pelo menos 80% da sociedade, dividido entre empresários e sociedade civil, e 20% do Governo, e terminou ficando



40%, 40% e 20% do Governo. Está ainda bastante desequilibrado, mas foi o limite para que houvesse condição de acordo com os empresários.

Por outro lado, outra decisão tomada foi quanto ao *quorum* de deliberação nas questões que eles consideram sensíveis, ou seja, nas questões polêmicas. A maioria das entidades queria os 50% mais 1, que corresponde ao *quorum* em qualquer democracia, para deliberar questões polêmicas, sensíveis, que requerem votação.

Eles fecharam questão: queriam 60% mais 1, o que, na nossa avaliação, era o *quorum* de veto, ou seja, *quorum* de revisão constitucional, em 2 votações, com *quorum* de dois quintos. Eles impuseram isso, e terminou sendo necessário ceder para um *quorum* com outra vestimenta: não são 60% mais 1, mas são 60%, tendo garantido 1 voto de cada um dos 3 segmentos presentes na decisão. Na verdade, continua sendo 60% mais 1, porém vale para os 3 segmentos nas decisões que exigem esse nível de *quorum*.

Para se elegerem delegados, também se conseguiu que fosse 2 por 1. As entidades desejavam 3 por 1 — seriam necessários 3 delegados nas conferências estaduais. Para tirar um delegado para a conferência nacional, tivemos de ceder e ficar 2 por 1.

Em suma, quero dizer que, a duras penas, garantiu-se a realização da conferência com a presença dos 3 segmentos, porém não com o nível de democracia que se pensou conseguir, exigir nessa conferência, mas, de qualquer forma, foi um ganho garantir que os 3 segmentos estivessem representados. E há até a expectativa de que os outros 6 grupos que deixaram a conferência terminem, quem sabe, comparecendo ao debate na conferência nacional. Não sei quantos participarão das conferências estaduais, mas terão de ir, se quiserem eleger delegados para a conferência nacional.

Esse foi o resultado que se conseguiu dentro do quadro de correlação de forças. Outros resultados dependerão do quanto se conseguir acumular nas conferências preparatórias, para que se chegue, mesmo com os 1.500 delegados, com qualidade de representação capaz de assegurar resultados que agradem não apenas a nós, que representamos outros segmentos da sociedade civil, mas também à sociedade, que merece e exige.





A sociedade precisa, de fato, ter decisões legitimadas e adequadas ao que se faz necessário em termos da construção de uma política de comunicação social no País capaz de colocar esta política no patamar que o Brasil ainda não tem, do ponto de vista do que já se alcançou em tecnologia, até mesmo em se tratando de marco legal.

Nós temos de sair dessa conferência se não com uma definição de um marco legal atual, moderno, avançado, transparente, com controle social, etc., pelo menos com condições políticas para se conseguir realizá-lo no Congresso. A definição do marco legal será tarefa, responsabilidade e prerrogativa do Congresso Nacional, evidentemente, com o apoio e a aliança do Governo e da sociedade.

O marco legal já está esboçado em um relatório global que uma subcomissão conseguiu apresentar e aprovar na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, mas, entre a aprovação desse relatório e o encaminhamento das iniciativas de lei, de propostas de emenda à Constituição e de outras medidas contidas naquele relatório, será preciso muita força e muita vontade política, bem como de maioria política nesta Casa, para se começar, de fato, a rever, a modernizar, a atualizar o marco legal.

O marco legal, certamente, será objeto de reflexão, discussão, debate e encaminhamento de proposições da conferência ao Congresso Nacional e ao Governo, para darmos passos efetivos na renovação da questão da política de comunicação social no País.

De início, é o que tenho a dizer. No curso do debate, procuraremos suprir as deficiências desta intervenção.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Chico Alencar) - Agradeço à Deputada Luiza Erundina, representante da Câmara dos Deputados na comissão organizadora da Conferência Nacional de Comunicação.

Imediatamente passo a palavra, pelos mesmos 15 minutos, com a tolerância habitual da Mesa, mas não ilimitada, à Sra. Roseli Goffman, representante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, minha querida conterrânea.

**A SRA. ROSELI GOFFMAN** - Boa tarde a todos.



Agradeço o convite à Mesa, em nome do FNDC e também do Conselho Federal de Psicologia, ao qual pertenço. Em nome do FNDC, agradeço ao Deputado Chico Alencar, meu querido vizinho de Santa Teresa, do Rio de Janeiro, e à Deputada Luiza Erundina, uma batalhadora incansável da causa da comunicação em nosso País. Agradeço também a presença às Deputadas Jô Moraes, Manuela Dávila e aos demais presentes.

Tentei formalizar a nossa apresentação de maneira que ela possa ser feita em 15 minutos. Falarei sobre o histórico de 18 anos de luta do FNDC no campo da democratização da comunicação, particularmente sobre o histórico dessa última escaramuça feita na comissão organizadora em prol da saída de um regimento cuja conclusão estava se tornando impossível.

Ontem foi a última etapa da negociação com o empresariado, com a presença do Governo, o que já foi aqui relatado pela Deputada. Para haver uma boa negociação, é preciso haver um santo de cada lado. Se nem o movimento social se comportou de tal forma, muito menos o empresariado. A negociação foi difícil. No conjunto dos nossos movimentos, no conjunto das nossas instituições, avançamos até onde pensamos que seria possível, de modo a preservar a data da convocação do decreto presidencial, mantendo a conferência no momento estratégico de 1º a 3 de dezembro.

Entendemos que, se a conferência fosse indefinidamente adiada para o período eleitoral, perderíamos todos. Faríamos uma conferência de segunda linha, justamente para não ser contemplada. Aliás, a notícia que temos é que as entidades que saíram e não puderam continuar já estão contemplando a Conferência Nacional de Comunicação com uma série de adjetivos, que me furto a relatar aqui. Acho que todos acompanham o jornal e sabem que há sempre um esforço no sentido do movimento social ser diminuído, ou ser criminalizado, ou ser equivocado.

Nós, que lutamos e lutaremos pela Conferência Nacional de Comunicação e pelas pautas que o movimento social puder apresentar, dizemos desde já que nos entendemos em boa companhia. Se estamos ao lado dos movimentos sociais — portanto, estamos recebendo uma série de adjetivos —, manteremos a nossa luta porque devemos estar no lugar certo.



Como falei, o FNDC é uma entidade que há 18 anos inclusive está querendo regulamentar os artigos da Constituição que se referem à comunicação e que não foram totalmente implementados até o presente momento. Os eixos de atuação do FNDC no olhar para a conferência é debater os sistemas público, estatal, e privado de comunicação; é fazer esse debate entendendo que o setor que até hoje tem sido mais contemplado na comunicação de massa no nosso País é o setor privado. E agora há o advento da TV pública e da rede EBC, que é muito nova. Consideramos a EBC um bebê e, como tal, ainda tem muita coisa para construir, para aprender, com a participação da sociedade, principalmente com a participação do campo público. Então, vamos ajudar a construir o processo da TV pública e da rede pública. O movimento social está disposto a isso e entende que a *TV Brasil*, a EBC, ainda como bebê, tem muita para aprender e construir.

Quanto à reestruturação do sistema de comunicação, consideramos que, como está e em tempos de convergência digital, não há como aplicar um marco regulatório que tenha uma existência totalmente vencida em quase todos os âmbitos. Isso precisa ser debatido. O conjunto dos movimentos sociais, com o apoio, eu diria, luxuoso do Congresso na representação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na Comissão de Legislação Participativa e na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, participou, desde a fundação da Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação — que possui 2 anos —, ativamente da construção desse debate. Aqui nos reunimos e nos sentimos legitimados e apoiados por esses setores do Congresso Nacional.

No que diz respeito à capacitação da sociedade, é impossível haver uma sociedade que ame, adore a televisão e não tenha um processo de leitura crítica da mídia. Inclusive nos currículos novos, particularmente do Rio de Janeiro, Deputado Chico Alencar, há uma leitura crítica da mídia nas cartilhas destinada a crianças até 9 anos.

Eu tenho a impressão de que o movimento social, ao fazer esse debate, tem auxiliado muito para que essa pauta seja assumida e não sejamos mais somente sujeitos passivos da recepção da informação, principalmente em tempo de convergência digital. Somos quase náufragos de tanta informação que somos capazes de receber em 1 dia só.



É preciso que haja filtros de critério na educação, não de censura ou nada desse tipo. As liberdades de expressão pertencem muito mais a um campo no País do que propriamente aos movimentos sociais. Nós brincamos quando perguntamos o que torna um evento público ou privado. O que torna um evento público, por exemplo? Se filmou, se apareceu na televisão, no jornal, o evento se torna público. E esse evento se torna privado na medida em que ele não aparece em lugar nenhum, não é debatido, as famílias não conversam sobre o tema.

Vemos, muitas vezes, marchas com 3 mil, 4 mil pessoas em Brasília que não saem em jornal nenhum, em mídia nenhuma. Por outro lado, quando há a reivindicação de um grupo de 10 a 15 pessoas — eu já vi, fui testemunha —, há mais de 20 repórteres e várias redes, várias emissoras filmando o evento.

Isso tem uma lógica de poder. Sabemos que poder econômico, poder midiático e poder político estão em inter-relação no País por uma série de motivos que não vou ter tempo aqui, nos 10 a 15 minutos, de relatar. Mas vamos fazer um bom debate.

Finalmente, outro eixo muito importante para o FNDC, para o debate dessa conferência é entender que comunicação e cultura não podem ser desconectadas. Comunicação e cultura precisam ser revisadas. É preciso ter um olhar cultural sobre o que aparece na tevê, principalmente para construir a identidade e a subjetividade das crianças. Nós, como adultos, podemos perfeitamente zapear o canal e dizer: *“Isso eu não quero ver.”* Mas a criança, se há colorido, apelo para a fase do seu desenvolvimento, ela não vai zapear o canal e vai continuar sujeito passivo, submetido a uma comunicação que não constrói um cidadão e, sim, um consumidor.

Quanto às Conferências Nacionais de Comunicação já foram realizadas 100, das quais 61 aconteceram de 2003 a 2009. Dessas 100, a Conferência Nacional de Comunicação misteriosamente não estava contemplada. Não há mistério: não havia interesse, legitimidade política; não havia contribuição; não havia forças políticas necessárias no Congresso para fazer o debate. Nesse ponto, houve a bela aliança do movimento social e congressista, aqui presente, que construiu essa pauta. Inclusive mantivemos uma conferência tripartite, com a participação do empresariado. Entendemos que não pode fugir à discussão o sistema privado, que é



um dos sistemas que precisamos discutir na Conferência Nacional de Comunicação e na comunicação de um modo geral no País.

Esse decreto, V.Exas. já sabem, a portaria editada em 20 de abril, convoca a comissão organizadora. Passamos no limbo 3 meses numa discussão totalmente ineficaz para a construção do regimento, com pautas que não davam nem para ser debatidas, mas eram imposições, condições mínimas. Nós, do movimento social, volta e meia, somos acusados de querer fazer censura de conteúdo, de fazer censura à imprensa. Dava-se exatamente o oposto. O que acontecia é que alguma das entidades empresariais presentes queria colocar pautas mínimas para garantir a hegemonia. Se fosse para garantir a hegemonia, não precisava haver conferência, porque a hegemonia já está garantida historicamente no País. Condições mínimas apontávamos para a Constituição, e apontavam que era condição, por exemplo, liberdade empresarial. Tudo bem, vamos colocar a liberdade empresarial, mas vamos colocar também liberdade de os movimentos sociais se expressarem. Nessa negociação não chegamos a nenhuma conclusão. Saíram as 6 entidades que se sentiram não pautadas e não contempladas nas suas reivindicações. Está mais do que provado que eram reivindicações que poderiam chegar a uma certa negociação, tanto que duas ficaram.

Aguardamos, sinceramente, que todas as entidades participem do debate, da discussão, para amadurecer o processo de democratização participativa do País. Ninguém quer tomar o poder das empresas privadas. Elas têm poder e precisam, sim, entrar no debate, fazer a discussão democrática, apresentar suas pautas, fazer suas agendas, mas fazer a discussão. É só isso o que o movimento social quer: fazer a discussão. Inclusive ele garantiu os 60% a todos os segmentos, o que a Deputada muito bem relatou aqui.

Então, o nome da conferência todo mundo já sabe que foi retirado na primeira apresentação da comissão organizadora, na apresentação do Assessor Jurídico do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara. Antes da etapa nacional, haverá as municipais e as estaduais. O objetivo é colocar em pauta discussões que podem modernizar a legislação no setor de comunicações e as políticas públicas.

Há as conferências municipais, as conferências livres, que qualquer entidade, qualquer categoria pode puxar. As municipais e as livres serão conferências



propositivas, não elegerão delegados para a nacional, embora possam deliberar, de acordo com decreto dessas municipais, colocar delegados na estadual, que precisarão ser consolidados na estadual para irem para a nacional.

O avanço que tivemos foi a questão dos 1.500 delegados. O empresariado colocava um número de 700, o Governo apontou para mil, choramos até 1.200, 1.300. O resultado da negociação de ontem foi conseguirmos envolver no debate 1.500 pessoas nessa proposta. Isso não era nosso plano A, não era o nosso plano B, não era o nosso plano C, mas foi o plano possível de ser cumprido para manter o segmento do empresariado, que aceitou a discussão ali. Também nos sentimos seguros de poder participar do debate sem ser acossados, como relatam.

Quanto aos desafios da participação, esses são os conceitos que o Ministério das Comunicações colocou em termos de como o Estado pode organizar uma democracia mais participativa, que tipo de ações pode fazer. Não vou me deter a isso, mas, no caso, estamos nas conferências nacionais, que é o segundo item.

Uma das propostas da conferência nacional de vários segmentos é revitalizar o Conselho de Comunicação Social em relação ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, luta da Deputada Luiza Erundina. Até hoje ninguém sabe o que foi feito dele, sumiu. Há 2 anos ele não se reúne — já vai para 3 anos —, e não entendemos que mistério é esse. Não vou entrar em detalhes, mas depois esta apresentação vai ficar disponível para todos.

Quero fazer uma citação em relação a esse processo: *“Toda a luta pelo reconhecimento começa a partir da experiência do desrespeito, pois esta se torna uma fonte emotiva e cognitiva de resistência social e de levantes coletivos. Mesmo a luta entre o senhor e o escravo é uma luta onde o escravo tenta fazer com que o senhor reconheça suas pretensões”* — aí é uma identidade. *“Só graças à aquisição cumulativa de autoconfiança, autorrespeito e autoestima, como garantem sucessivamente as experiências das três formas de reconhecimento, uma pessoa é capaz de se conceber de modo irrestrito como um ser autônomo e individuado e de se identificar com seus objetivos e seus desejos.”*

Essa citação, de Axel Honneth, que está em *A Luta pelo Reconhecimento: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais*, diz que a experiência do desrespeito não ilegítima; ao contrário, pode promover vontade maior de lutar por aquilo que se quer.



A comunicação social neste País, que em mais de 40 anos nunca fez este debate, vai fazê-lo, nas condições que estão dadas, mas fará o debate, porque a participação do movimento social e do segmento social neste debate até hoje, até a convocação da conferência, foi zero. Ela agora passou para 40% em correlação de forças com o empresariado. Vamos disputar vagas, inclusive opiniões com o empresariado. Vamos disputar, como vão disputar as opiniões do campo, porque também têm forças extremamente conservadoras.

A outra citação, de Gilles Deleuze, também de 1992, é sobre o homem, que não é mais confinado, mas endividado: *“É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão de guetos e favelas.”*

É ao que assistimos hoje, na medida em que existe parte enorme da população que fica cada vez mais alijada do processo decisório, que fica cada vez mais fora do código econômico, criado para submeter nossa sociedade à lei de mercado, que promove as graves injustiças que estão em todas as cidades quando voltarmos para casa. Aqueles que estão aqui em Brasília sabem o que é essa explosão dos guetos e favelas.

Essas são as teses da psicologia que serão defendidas na Conferência Nacional de Comunicação. São teses construídas coletivamente e que hoje mesmo já temos resultados. Inclusive o CONAR acaba de fazer anúncio de que 30 empresas brasileiras, a maioria multinacionais que têm sede no País, acabam de fazer acordo para não dirigir mais publicidade a crianças, e, sim, aos pais. Já estamos avançando.

A nossa meta é o entendimento de que, quando falamos em controle social e em controle público, não estamos falando de ocupar o Estado, não estamos falando das empresas privadas, mas estamos falando da criação de regras justas, da participação popular no seu processo decisório, da participação das categorias profissionais, da participação popular e da maior consciência do povo, que não quer mais, não atura mais ser chamada de Homer Simpson. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Roseli.



A Mesa lembra que temos sempre a limitação do horário. Em geral, às 16h começa a Ordem do Dia. É verdade que há uma greve branca de Deputados, mas nós, os socialistas e grevistas daqui, estamos furando essa greve e queremos também votar em plenário. Não vamos confiar nisso. Vamos tentar trabalhar. Vou ter que ser meio rigoroso no tempo para fazermos a segunda etapa desta importante audiência, que é a aferição, o controle social sobre programas do maior partido, que é o partido da mídia privada.

Vamos ouvir agora, então, o Sr. Jonas Valente, representante do Coletivo Intervezes.

**O SR. JONAS VALENTE** - Boa tarde a todos.

Muito obrigado, Deputado Chico Alencar.

Em primeiro lugar, quero dizer que é uma honra para o Coletivo Intervezes, uma organização criada em 2003, que vem acompanhando diversos debates na área das comunicações e que é uma das entidades integrantes da Comissão Organizadora da CONFECOM, estar aqui neste espaço.

A despeito de todas as lutas históricas de várias entidades que têm a comunicação democrática como bandeira, podemos dizer que, concretamente, o momento que vivemos hoje nasceu desta Comissão. Mais especificamente de um requerimento da Deputada Iriny Lopes, no final do ano de 2006, recuperado pelo então Presidente e hoje novamente Presidente, Deputado Luiz Couto, no ano de 2007. A partir disso, foi realizado o Encontro Nacional de Comunicação, em junho de 2007, que originou a Comissão Nacional para a Conferência, que obviamente absorveu um conjunto de movimentos que já havia na Conferência e uma pauta fundamental, histórica, mas que, daquele momento em diante, assumiu um novo patamar. E esse novo patamar é resultante da incorporação de outros setores, do esforço da Câmara dos Deputados — fundamentalmente da Deputada Luiza Erundina, que sempre acompanhou essa luta —, e da disposição do Executivo Federal em fazer essa discussão. Foi isso o que nos trouxe até aqui.

Afirmamos antes de a conferência ser convocada, afirmamos agora e afirmaremos após a conferência: a Conferência Nacional de Comunicação é um marco na história das comunicações brasileiras. É um marco porque rompe barreiras de um setor que talvez tenha o maior déficit democrático em nosso País, um setor





que não consegue incorporar não essas entidades, mas qualquer tipo de representação popular na discussão de suas políticas públicas. Temos casos exemplares. É fato. O próprio Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação — FNDC é protagonista de vários, como é o caso da Lei do Cabo, da dura negociação que resultou na Lei nº 9.612, da Radiodifusão Comunitária. Mas, apesar desses momentos, que só existiram porque esses setores populares se fizeram ouvir e se fizeram partícipes e protagonistas nesse processo, há, sim, um histórico de resolução das questões relativas às políticas públicas entre governantes ou entre o Congresso e representantes empresariais.

Daí a relevância de constituir a Conferência Nacional de Comunicação uma arena efetivamente ampla, democrática e sem privilégios, *a priori*, para nenhum dos setores.

A Dra. Roseli citou muito adequadamente as lamentáveis manifestações de alguns veículos de comunicação, que, mais uma vez, têm intolerância ao debate democrático sobre a mídia e tentam agora desqualificar a Conferência Nacional de Comunicação, trabalhando com um grau de argumentação muito raso e que não resiste muito a um debate público. Se esses meios, em vez de apenas mostrarem um lado, abrissem espaço para o debate público, tenho certeza que os fantasmas e as argumentações em torno da suposta ameaça de um controle social da mídia seriam facilmente dissipados. Aliás, essa resistência é muito sintomática do histórico de privilégios que esse setor experimentou nos debates sobre as políticas públicas da área.

Na avaliação do Interozes, a Conferência não pode reproduzir esse tipo de privilégio para ninguém. Nem para empresários nem, muito menos, para entidades “x” ou “y” da dita sociedade civil ou dos movimentos sociais ou das entidades populares. O Interozes sempre defendeu que a Conferência Nacional tinha de ser do povo brasileiro, não de entidades, *a priori*.

Frente a isso, como avaliamos o estado da arte e o dia de ontem que foi fundamental para o desenrolar do processo da Conferência? O Interozes já havia se manifestado anteriormente, na condição de uma das entidades que faz o debate sobre o regimento interno e sobre o andar da Conferência, que a proposta apresentada pelo Governo Federal para tentar resolver o impasse colocado pelos



empresários era insuficiente. O Governo apresentou uma proposta de proporção de delegados reservando 40% das vagas para os empresários, 40% para a sociedade e 20% para o Poder Público. Avaliamos e continuamos avaliando que há aí, em primeiro lugar, uma sobrerrepresentação do empresariado, o que não significa dizer que a participação desse segmento não é desejável. Pelo contrário, a participação do empresariado é muito desejável. Agora, isso não significa dar a esse segmento uma importância e um peso maior do que ele possui na sociedade brasileira hoje.

Por outro lado, e em outro lugar, há um equívoco do ponto de vista das premissas dessa proposta quando iguala a dita sociedade não empresarial a esse campo que hoje participa da Comissão Organizadora da Conferência. Não é o que acontecerá. Tenho certeza de que, se fizermos uma audiência para fazer um balanço da Conferência Nacional de Comunicação na abertura do ano legislativo de 2010, constataremos o que estou dizendo.

Quando falamos em sociedade não empresarial, estamos falando em qualquer cidadão ou cidadã que queira adentrar no processo e participar de uma etapa, inscrever-se e eleger-se delegado. Então, essa era uma divisão que garantia espaço para um lado, mas não para outro, infelizmente.

Também foi apresentada proposta no sentido de que, para votar temas sensíveis, deveria haver um *quorum* de 60%. Fizemos um levantamento em que analisamos 15 conferências nacionais: nunca houve um *quorum* para votação e aprovação de propostas em plenário em nenhuma dessas conferências — qualquer *quorum*. Obviamente, utilizava-se a maioria simples. Aqui colocou-se um *quorum* de 60% e, como muito bem relatou a Deputada Luiza Erundina frente à defesa dos empresários, esse *quorum* não deve ser 60%, mas 60% mais 1, de modo que todos os segmentos sejam ouvidos.

A proposta de consenso ou o acordo que se fechou ontem foi no sentido de que, dentro dos 60%, deveria haver no mínimo 1 voto para cada segmento. O Intervenções manifestou-se contrariamente, e a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Rádio e TV — FITERT também. Outras entidades da Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação já haviam se manifestado contrariamente, e 10 comissões estaduais Pró-Conferência haviam também criticado essa proposta. No entanto, ela obteve maioria legítima na Comissão Organizadora



e, como tal, qualquer que fosse o resultado do debate realizado ontem e dos debates futuros, deve ser respeitada, a despeito da avaliação negativa sobre esse resultado.

Na avaliação do Intervenientes, esse acordo traz uma série de problemas e dificuldades para a Conferência. Em primeiro lugar, legítima uma sobre-representação empresarial, o que dificulta um pouco a garantia do caráter amplo e democrático do debate. Em segundo lugar, institui um *quorum* muito alto para aprovação das ditas propostas sobre temas sensíveis.

Novamente, repito que esse *quorum* teve como base a premissa de que qualquer um dos 2 segmentos que têm 40% poderia “bloquear”, ou seja, votar em bloco, agregando o Governo e, somente assim, seria possível aprovar uma proposta mais sensível. No entanto, é sabido — e foi dito na reunião — que nenhum dos 3 blocos é homogêneo, dado que a sociedade pode contemplar qualquer tipo de representação, o setor empresarial também, e, ainda, o Poder Público. E lembro que não estamos falando em Governo Federal, mas dos Estados, dos Municípios e das Assembleias Legislativas.

Criou-se um *quorum* para aprovação das propostas mais polêmicas que dificilmente será atingido, o que traz o risco de a Conferência resultar controlada. Mais uma evidência desse risco é o poder de veto assegurado, ou seja, para que qualquer proposta sobre temas sensíveis seja aprovada, na plenária final ou nas plenárias estaduais da Conferência, ela deve ter 1 voto de, no mínimo, cada segmento, o que confere poder de veto a cada um desses segmentos.

Por último, abordo o mais importante: a negociação de ontem — e imagino que vários aqui podem estar encarando esse tema como algo um pouco técnico, regras de participação, mas, quando estamos em um processo democrático, as regras do processo são fundamentais. Por isso, o debate, a avaliação sobre ele e as perspectivas dele decorrentes são também fundamentais. Avaliamos que a Conferência deve ser um espaço de construção de pontes, aproximações, diálogos.

É fundamental — e seria surpreendentemente positivo — conseguirmos ver Estado, trabalhadores de movimentos sociais e setores empresariais chegando a propostas consensuais em relação a um marco institucional, à publicidade infantil e a vários outros temas. No entanto, democracia não pode se confundir com opressão



pelo consenso. No momento em que se obriga posições a necessariamente abrirem mão em razão de outras, não há mais uma democracia, mas um processo antidemocrático. Por isso, foi criado um mecanismo de equalização das divergências: o voto, muito bem utilizado para eleger os senhores nossos representantes nesta Casa.

Nesse sentido, o tom do diálogo estabelecido na negociação da reunião de ontem marca uma dinâmica política desequilibrada, em que o lado das entidades dos movimentos sociais fez um esforço descomunal de concessões para garantir a participação e a manutenção da presença dos empresários e a continuidade do processo, enquanto o lado empresarial fez pouco ou nenhum esforço para se manter no processo e tentar chegar a bom termo.

Se essa será a dinâmica daqui para frente — e esperamos que não seja —, apresenta-se aí mais um risco em relação ao que conseguiremos de fato construir como resultado concreto dessa Conferência inscrita em suas resoluções.

Caminhando para a conclusão, quero pontuar quais são as perspectivas e os desafios na avaliação do Intervezes.

Do ponto de vista das perspectivas, é fundamental lembrar que, embora se tenha chegado a um acordo na reunião de ontem, o regramento e a metodologia da Conferência não estão totalmente definidos. Há de se discutir todos os regramentos complementares, como serão escolhidos os delegados. Uma proposta apresentada ontem pelos movimentos sociais foi a de que não pudesse haver indicação de delegados. Isso é fundamental, porque se permitirmos que a Conferência opte pela indicação de delegados em vez de eleição, estaremos tirando o caráter democrático de uma arena de debate, pois bastará que cada setor se reúna e indique os seus representantes, e, aí, não teremos uma síntese concreta a partir de um processo que vem da base e culmina numa etapa nacional.

Devemos definir o que são os temas sensíveis. Falou-se em tema sensível, definiu-se um *quorum*, mas não se definiu quais são os temas sensíveis. Reiteramos o risco de que se consolide e se cristalize uma conferência controlada, na qual determinadas temáticas que são fundamentais a diversos segmentos não possam ser colocadas ou exijam um *quorum* tão alto para qualquer tipo de decisão, que simplesmente se inviabilize uma tomada de posição sobre elas.



Temos o desafio da definição do temário, que foi uma polêmica anterior, uma preocupação dos movimentos sociais em não restringir ou limitar o temário de qualquer maneira. Temos de definir um documento de referência que oriente o debate nos Estados.

E temos, urgentemente — e essa é uma perspectiva imediata a partir da conclusão do regimento interno que deve ocorrer na próxima semana —, de destravar o processo nos Estados. Já há conferências estaduais convocadas em 5 Unidades da Federação: Pará, Paraná, Alagoas, Rio de Janeiro e Piauí. Outros 9 ou 10 Estados estão apenas esperando a aprovação do regimento interno. A perspectiva é que esse processo se destrave, e a Conferência deixe de ter como fogo as atividades da Comissão Organizadora Nacional para passar de fato para a base da sociedade.

A partir dessas perspectivas, quero pontuar o que o Interveniente identifica como desafios daqui para frente no processo.

Em primeiro lugar, assegurar que esses regramentos complementares não sigam a lógica do que foi a negociação de ontem, em que apenas um lado cede, mas que possam ser um complemento que contrabalançam de maneira democrática as definições tiradas da reunião.

Em segundo lugar, assegurar condições políticas estruturais. E isso inclui concretamente a recomposição dos R\$8,2 milhões definidos inicialmente como dotação orçamentária da CONFECOM, para que o processo possa de fato acontecer nacionalmente. De nada adianta destravar o impasse político se o processo passar a tropeçar em dificuldades estruturais.

Em terceiro lugar, consolidar e garantir que o temário seja amplo, sem restrições de qualquer tipo.

Em quarto lugar, garantir ampla mobilização nos Estados. O calendário apertado nos joga contra um cenário em que há o risco muito concreto de transformar a Conferência em um ciclo de seminários estaduais, culminando em um seminário nacional. Se tivermos dificuldades de fazer etapas municipais, intermunicipais, regionais ou nas montagens das Comissões Organizadoras Estaduais, na definição dos regimentos internos estaduais, lembrando que estamos no final de agosto, e as etapas estaduais vão até outubro ou início de novembro,



poderemos não obter aquilo que o próprio Ministro Hélio Costa ressaltou, ou seja, que não seja uma Conferência apenas de Brasília, mas que de fato se entranhe e tenha capilaridade no conjunto do nosso território.

Em quinto lugar, é fundamental impedir qualquer tipo de limitação, restrição ou controle da CONFECOM, para qualquer tipo de segmento. Repito: a Conferência tem de ser, na medida do possível, uma arena democrática onde os atores possam se colocar.

Por último, consideramos fundamental, não mais do ponto de vista da arquitetura da Conferência, mas da intervenção de um segmento que se reúne em torno da Comissão Nacional Pró-Conferência, angariar apoios de setores populares, de modo que haja um caldo suficiente para que a Conferência possa, de fato, ser um marco de avanços democráticos e para que esses setores possam escrever resoluções que avancem, que coloquem em debate a propriedade dos meios, que fortaleçam o sistema estatal público e também os meios comunitários, que coloquem em debate as novas tecnologias e a regulação da convergência sob a ótica do direito humano de comunicação e das demandas dos cidadãos e das cidadãs, e não apenas dos interesses do mercado.

Para isso, é fundamental que se crie um ambiente de entendimento e diálogo. No entanto, ele não pode suprimir, de maneira alguma, qualquer tipo de divergência que houver entre os atores. Esse é o espírito de uma arena democrática, em que se busque consenso, mas que não suprima o descenso. Se a negociação de ontem não foi o melhor exemplo de como se fazer isso, esperamos que daqui para a frente a Conferência possa se desenrolar, garantindo esse tipo de espírito e de ambiente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Sr. Jonas.

Vou conceder a palavra aos Srs. Parlamentares, lembrando que ainda teremos uma outra etapa desta reunião da Comissão de Direitos Humanos, uma reunião extremamente importante e conexa a esta.

Concedo a palavra à Deputada Cida Diogo, do PT do Rio de Janeiro.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos pela realização da audiência e, segundo, desculpar-me por não ter chegado antes. Ocorre que esta Casa é uma



loucura às quartas-feiras. Temos de estar em vários lugares ao mesmo tempo, resolvendo inúmeras questões.

Mas fiz questão de estar aqui, primeiro, para dizer que a representação que hoje está à mesa, na minha concepção, tem buscado, nesse processo todo, realmente viabilizar a Conferência.

Os movimentos sociais e a representação desta Casa por intermédio da Deputada Luiza Erundina, que tem atuado muito, tem tido um papel muito importante na garantia da realização da conferência. Se não fosse a intervenção, a atuação e a mobilização desse setor que hoje está na mesa, não teríamos chegado até aqui. E isso é uma coisa muito importante e deve ser registrada.

Segundo, infelizmente, a decisão de uma parcela do setor empresarial de sair do processo é ruim para a realização da Conferência. Seria muito importante que todo o setor empresarial participasse não só deste momento de organização da Conferência, mas, efetivamente, da sua realização durante o período de debate das questões durante a Conferência. A saída desse setor, na minha concepção, foi muito ruim em razão do impasse a que se chegou. E, ontem, a reunião da Comissão Organizadora ter conseguido minimamente alguma solução para o impasse, inclusive mantendo uma parte da representação empresarial, foi muito importante. Sinceramente, na minha opinião, o movimento social mostrou muita maturidade ao tentar encontrar uma solução efetiva para que o impasse fosse solucionado.

Pena que nesta Mesa hoje não esteja representado o setor governamental, que, na minha avaliação, é um pilar fundamental para a realização da Conferência, porque não se considera apenas o seu aspecto financeiro.

O Congresso Nacional, na verdade, cumpriu a parte dele, garantindo a aprovação no Orçamento do recurso necessário para a Conferência acontecer, mas estamos vivendo ainda quadro de insegurança, apesar de o nosso companheiro Deputado Gilmar Machado, membro da Comissão Mista de Orçamento, afiançar que o recurso está disponibilizado e será efetivamente implementado para a realização da Conferência, não dá para, a 3 meses da conferência ainda estarmos nessa insegurança, sem saber se o recurso vai ou não efetivamente ser utilizado e liberado para a sua realização.



Então, seria importante essa representação do Governo, a fim de que, nesta audiência, ela batesse o martelo e dissesse que está liberado e não haverá problema algum com o recurso. Não vejo nenhum motivo para o Governo não estar presente. Sinceramente, considerei a atuação do Governo, principalmente do Ministro Franklin Martins, muito importante na condução e na mediação do processo de negociação de ontem, para que saíssemos do impasse. Portanto, não haver representação do Governo nesta Mesa é uma pena.

De certa forma, gostaria de reforçar que essa 1ª Conferência Nacional de Comunicação não vai conseguir, obviamente, aprofundar e resolver todas as questões ligadas à comunicação no nosso País. Mas, se pelo menos conseguirmos fazer com que ela aconteça de forma a ter a representação de todos os setores, num debate amplo, democrático e principalmente, que chegue à sociedade como um todo e não fique apenas entre os delegados nela envolvidos, estaremos dando grande passo no que diz respeito à abertura da possibilidade de começarmos uma nova fase, um novo ciclo para a comunicação, em que consigamos efetivamente colocar uma cunha numa discussão que sempre foi muito elitizada, muito monopolizada e sempre atendeu a interesses dos setores que detêm o capital em nosso País.

Então, o desafio está posto. E a Câmara tem de atentar para isso.

É também uma pena que hoje poucos Parlamentares estejam envolvidos nesse debate — poucos têm participado do debate.

A Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação criou uma Subcomissão Especial para acompanhamento da Conferência e, mesmo com essa Subcomissão, vemos poucos Parlamentares querendo participar, envolver-se, discutir. Estamos, portanto, na Comissão de Ciência e Tecnologia, por meio dessa subcomissão especial e, inclusive levando o setor empresarial a se apresentar e dizer à Comissão por que a maior parte dele se retirou desse processo de organização.

E é importante que, na audiência pública que lá acontecerá com o setor empresarial, também estejamos presentes, tentando buscar alguma forma de sensibilizá-los, para que, mesmo não participando da Comissão Organizadora, venham a participar da Conferência Nacional, que, para mim vai ser um marco importantíssimo na história da comunicação no nosso País.





Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Sra. Deputada Cida Diogo.

Devo lembrar que esta Comissão fez a tempo os necessários convites ao Secretário-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci; ao Ministro da Comunicação, Hélio Costa, e ao Secretário de Comunicações da Presidência, Franklin Martins, bem como aos 2 grupos empresariais que continuam na Conferência.

Com a palavra a Deputada Jô Moraes.

**A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES** - Sr. Presidente, obedecerei a sua orientação de ser breve.

Em primeiro lugar, devo dizer que a reunião de ontem marcou uma vitória do nosso campo, do campo daqueles que pretendem discutir a democratização do País. Apesar das concessões, seria muito ruim para nós, conforme ressaltou a Deputada Luiza Erundina, se isso fosse adiado. Garantir a realização da Conferência este ano é uma vitória que temos de reconhecer. É evidente que o parto para produzi-la é extremamente doloroso, é um parto de alto risco — e todos sabem o que sofre uma mulher parindo em condições de alto risco. Mas quem quer um filho assume esse os riscos.

Feito o registro, cumprimento todos os que estão nessa briga pela concessão que fizeram. Lamentavelmente, o resultado é fruto da correlação de forças. A construção da Conferência dependerá muito, em primeiro lugar, de sua manutenção; segundo, do esforço para a realização das plenárias municipais e das conferências livres. Esse é o instrumento que temos para pressionar, porque enquanto estivermos nos marcos das reuniões da Coordenação Geral... Isso não conseguimos mudar. Então, é uma vitória.

Quero também abordar duas questões importantes. A primeira é o foco. E o foco agora é a convocação das estaduais e a realização das municipais livres. A segunda, que considero urgente, é o documento-base. Nós que vivemos de conferência — conferência de mulher, de saúde, de meio ambiente e muitas outras —, sabemos que o que pode proporcionar coesão e força política para se construir um pensamento é o documento-base.



A Comissão e, sobretudo, os senhores — não eles, que não estão preocupados com isso — têm de votar com agilidade essa questão, para nos instrumentalizar.

Estivemos com o Governo do Estado de Minas Gerais, que está na expectativa do regimento para convocar sua conferência. Isso é fundamental.

Referiu-se o Sr. Jonas a *“regramentos complementares que ampliem o problema da estrutura e o problema do temário”*. Isso é o documento-base, é a prioridade. Gostaria que tivéssemos um esforço especial para traduzir a Conferência, que não poderá ser apenas dos especializados. Ela tem de ser de todos — do morador do Bairro de Vera Cruz, de quem vive numa favela em Belo Horizonte, daquele que teve sua rádio comunitária fechada. É preciso que todos sintam que têm espaço ali.

Nessa coisa de discutir convergência digital etc., vamos traduzir o que é fundamental para, de fato, atrair mobilização, participação e intervenção nesse processo.

Quero ainda consultar V.Exas. sobre se o caráter da conferência continua consultivo. Evidentemente, há problemas de correlação de forças, o que não é a nossa vontade.

Em segundo lugar, parece-me que, no regramento, vai se repetir nas conferências estaduais um pouco desse perfil da nacional. O que podemos fazer é tentar assegurar uma presença mais adequada. Isso nós temos de levar em conta.

E, em terceiro lugar, acho que precisamos despender mais um esforço para tentar atrair ainda certos setores empresariais, dividirmos os que estão fora para atraí-los. Quero lembrar que é falta de inteligência das empresas nacionais imaginarem que não nos devem ter como aliados na disputa fratricida que estão tendo com as Teles. Eles vão ser extremamente enfraquecidos se não estiverem contando com um setor que quer a defesa da soberania, que não quer aqui que sejamos pautados pela CNN o tempo inteiro, como ocorre.

Acredito válido o esforço permanente ainda no sentido de tentar atrair aqueles que, durante o processo, compreenderão que necessitam de uma aliança política na defesa dos seus interesses — claro que dos nossos também, defesa da cultura nacional, da soberania nacional etc., mas também para eles.



São as sugestões e a consulta que faço.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Deputada Jô Moraes.

Estamos com o seguinte dilema: são 15h46min, a Ordem do Dia se inicia formalmente às 16h, e uma outra Mesa correlata ao que discutimos aqui e que é extremamente importante. Vou, então, sugerir aos Deputados que chegaram agora para enriquecer os nossos trabalhos se inscrevam após a instalação da segunda Mesa.

Retorno a palavra aos expositores desta Mesa sobre a 1ª Conferência Nacional de Comunicação e, ato contínuo, devolvo a presidência ao Deputado Pedro Wilson, agradecendo a S.Exa. a interinidade — e não mudei Ministros, não troquei sequer assessores, exerci com a moderação devida a um Suplente. *(Risos.)*

S.Exa. teve de ir a Goiânia recepcionar o Presidente do Banco Central, que alguns querem como Governador do Estado — não é o meu caso. *(Risos. Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputado Chico Alencar.

Esta Comissão tem uma tradição de coletividade. Não sei se o Deputado Chico Alencar o abordou, mas eu gostaria de voltar ao tema a que a Deputada Jô se referiu agora. Refiro-me ao fato de que, na semana próxima passada, um grupo de empresários se retirou da Conferência, outros continuam.

Este é o nosso desafio: queremos fazê-la o mais ampla possível. Sou testemunha do esforço do Fórum de ampliar o debate, de trazer todo mundo.

Quem estava aqui deve se lembrar de que há um ano e meio veio até o Presidente, voltou, falou... Estamos nos esforçando porque queremos fazer o debate, mas não podemos deixar de refletir sobre o fato de que uma área extremamente de concessão pública e que, desde da década de 40, é tida como direito humano, direito universal, é controlada se fosse propriedade privada — esta é a verdade. Nem por isso vamos ultrapassar nenhum limite.

Queremos que a conferência produza um amplo debate e que as suas conclusões, mesmo sendo consultivas, sejam levadas em conta por este Congresso,



pelo Governo e pela própria sociedade. Com certeza, vamos marcar um ponto importante na democratização dos meios de comunicação.

Há insistência nesta Comissão, inclusive quem participa da campanha *Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania* sabe do nosso esforço. Há horas em que ninguém se lembra de nós, mas vamos continuar. É papel da Comissão de Direitos Humanos afrontar, ir à fronteira dos debates maiores e melhores para o povo brasileiro.

Vou passar a palavra aos convidados, pedindo desculpas e também rapidez, para termos condições de ouvir a segunda Mesa. É nosso desejo — é o desejo desta Comissão e do Presidente Luiz Couto — trabalhar com todos os Deputados e convidados e promover o debate. Pedimos inclusive que a Deputada Luiza Erundina faça outra reunião na Comissão de Legislação Participativa, para provocarmos o debate ao máximo, porque certamente a mídia maior ou estabelecida como tal não vai fazer isso. Aliás, se ela quisesse, já poderia ter feito. A Conferência é mais um esforço que vai ser realizado. E vamos fazê-la com diálogo, negociação e abertura, para quem quiser estar lá se sentir no debate, esperando que o resultado seja o melhor para o Brasil.

Passo a palavra para suas considerações finais à Sra. Roseli Goffman.

**A SRA. ROSELI GOFFMAN** - Agradeço novamente a todos o convite e a paciência de terem me ouvido falar dessas coisas.

Quero lembrar, graças às intervenções das Deputadas Jô Moraes e Cida Diogo, que o Ministro Hélio Costa disse em alto e bom som ontem — os senhores não estavam presentes naquele momento — que os recursos já estão disponíveis para utilização no Ministério das Comunicações e já está agendado o espaço. Vai ser no Brasil 21 ou na Academia de Tênis. Disse S.Exa. que já estão em andamento todos os processos de compra, de gestão, de contratação da empresa. Portanto, isso não nos atrapalha mais.

Em relação à interferência sobre o documento-base a proposta que tivemos ontem foi a de que cada segmento fizesse o seu próprio documento-base para esse debate não continuar e termos um documento de cada segmento para não termos problemas; no mais, é batalhar para que os Estados participem e para popularizar a discussão.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Muito obrigado, Sra. Roseli Goffman.

Com a palavra o Sr. Jonas Valente, representando o Coletivo Intervezes.

**O SR. JONAS VALENTE** - Deputada Jô Moraes, pelo que me consta está mantido o caráter consultivo da Conferência, isso sempre foi um posicionamento muito firme do Governo, pelo fato de ser a primeira e em razão da área, e, pelo que me consta, os regramentos aprovados ontem se repetirão nos Estados. Teremos essa mesma proporção na tiragem de delegados do Estado para a etapa nacional, e o *quorum* para aprovação das propostas não será apenas na etapa nacional, mas deverá se estender a todas as etapas oficiais da Conferência, o que nos parece novamente ruim.

Em relação às considerações dos Deputados é fato que o dia de ontem marcou o destravamento de um processo que já levava muito tempo, e foi necessário muita habilidade, muito sangue frio e muitos pacotinhos de antiácido com as águas do Ministério, para que isso tivesse chegado ao fim.

Mas as senhoras e os senhores sabem melhor do que eu que política é a arte de tentar encontrar um equilíbrio entre o possível e o desejável. Acho, Deputada, que a preocupação maior ontem não era realizar ou não a Conferência, porque o Governo já a havia convocado — portanto, esse não era o risco. O risco era outro, era a participação ou não do empresariado, e prevaleceu a visão de que era importante fazer um conjunto de concessões de modo a manter esse segmento aqui.

Mas chego ao fim desta audiência torcendo para que consigamos mobilizar o suficiente para imprimir o desejado caráter amplo e democrático ao processo, mas também colocando um alerta, que espero nos oriente ao longo do processo, para que não nos tornemos reféns de um segmento, porque se isso acontecer, durante todas as etapas do processo, no momento em que houver impasse — do maior ao menor —, a nossa capacidade de destravá-lo e seguir naquilo que consideramos adequado vai diminuindo. De modo que, como disse muito bem a Deputada Luiza Erundina, chegar a um pós-Conferência, que é tão importante quanto o processo da Conferência, numa posição e numa correlação de forças não sei se melhor que a



que temos hoje, depende de nós. Portanto, precisamos, a partir de agora, garantir mobilização para que essa correlação de forças seja mais favorável ao setor que, de fato, quer construir avanços democráticos.

De resto, agradeço ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Deputado Pedro Wilson, e aos Parlamentares o convite para participar desta audiência pública. Destaco o papel das Deputadas Cida Diogo e Luiza Erundina na Comissão Organizadora Nacional. S.Exas. têm sido brilhantes representantes desta Casa. Espero que continuem comparecendo a todas as reuniões. Cumprimento a companheira Roseli Goffman.

Aproveito a oportunidade para colocar o Intervozes sempre à disposição de V.Exas. para o debate sobre a Conferência Nacional de Comunicação nesta Comissão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Agradeço ao Sr. Jonas Valente, representante do Coletivo Intervozes. Desde os primeiros momentos, o Sr. Jonas e outros representantes dessa organização têm estado presentes, ajudando-nos muito no processo de mobilização.

Com a palavra a Sra. Deputada Luiza Erundina, representante da Câmara dos Deputados na Comissão Organizadora da CONFECOM, juntamente com a Deputada Cida Diogo.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Sr. Presidente, retomo algumas informações que ficaram incompletas na minha fala inicial.

Houve 105 Conferências Nacionais. No Governo Lula, foram realizadas mais de 50 Conferências Nacionais. Em 1941, tivemos a I Conferência de Saúde. Em 1987, durante o processo constituinte, os empresários da área de saúde se recusaram a participar da Conferência de Saúde. Em 1988, quando viram a mobilização da sociedade para decidir sobre as questões do texto constitucional, eles saíram correndo atrás do prejuízo. Não é à toa que, quando a cidadania se mobiliza, resolve tomar nas próprias mãos os destinos do País. Não tenho dúvida nenhuma disso. Primeiro, porque a Conferência já está acontecendo. São mais de 500 grupos organizados a partir desse processo. Trata-se de um saldo político de tal natureza, de tal ordem... Talvez nós não tenhamos ideia do que isso representa.



Precisamos dar continuidade aos trabalhos. Além do Comitê Pré-Conferência, devemos promover também o Comitê Pós-Conferência, exatamente para dar um rumo à força política que esse processo acumulou no curso desses anos.

Menciono também a questão do controle social. A Constituição de 1988 criou o Conselho de Comunicação Social, mitigado em suas prerrogativas.

Conforme disse a Sra. Cristina Tavares, guerreira que lutou por essa bandeira na Constituinte, ele saiu na Constituição apenas como Conselho Consultivo, assessor do Congresso Nacional. Apenas 3 anos depois, em 1991, a lei regulamentou o dispositivo constitucional. E só em 2002 houve a primeira sessão mista do Congresso Nacional para eleger o primeiro Conselho. Tivemos o primeiro e o segundo Conselho. Não houve o terceiro porque o Congresso Nacional, por omissão de vários Presidentes, não tem convocado sessão mista para eleger os membros do Conselho.

Portanto, a Constituição está sendo desrespeitada. As leis complementares — não só as que criaram o Conselho — estão sendo desrespeitadas. A lei que criou a EBC, Empresa Brasileira de Comunicação, determina que as deliberações do Conselho Curador têm de ser submetidas ao Conselho de Comunicação Social. Ora, se o Conselho está desativado há 3 anos, conseqüentemente essa outra lei também está sendo desrespeitada pelo Congresso brasileiro.

Cumprir registrar que tentei realizar 3 audiências. A primeira audiência pública, na Comissão de Ciência e Tecnologia, foi boicotada. Conseguimos marcar duas, que foram parcialmente boicotadas, porque o Senado não enviou ninguém. Nem houve a primeira, porque, na hora da audiência, eles a boicotaram. Não apareceu quase ninguém. Alguns compareceram, mas o Senado não enviou representante.

O que me resta fazer? O mandato tem de servir para alguma coisa. Se não servir, o que eu estou fazendo aqui? Poucos dias atrás, apresentei representação ao Ministério Público para que ele faça uma arguição ao Senado sobre o descumprimento da Constituição Federal e das leis que regulamentam a participação do controle social.

Portanto, companheiros e companheiras, tenho absoluta certeza de que, depois que sairmos dessa conferência, por mais condicionada que ela esteja com



essas regras, se preservarmos o saldo político que a sociedade acumulou, não vai ter para ninguém. Os empresários terão de correr atrás do prejuízo, porque nós vamos criar condições políticas. A experiência que tenho em minha vida toda mostra que não é o oficial, não é a autoridade, não é o formal que define e garante as mudanças. Quando o povo decide tomar consciência da sua força e se organiza para lutar por seus direitos, ninguém o segura. A meu ver, nós desencadeamos esse processo. Eu nunca tive tanta intuição do que ele representa. Aprendi muito com ele.

Aproveito a oportunidade para dar testemunho da capacidade de construção coletiva que os representantes dessas 2 entidades e de outras — alguns companheiros de outras entidades estão no plenário — demonstraram no curso do processo. Não foi fácil. Houve um crescimento evidente da capacidade política e de construção de consensos, de resultados e de decisões, por mais incompletas que elas possam ser para cada um de nós.

Quero testemunhar o quanto eu cresci e aprendi com essas entidades. Aproveito para agradecer a elas. Deixaram exemplos de construção de processos democráticos e mostraram que somos capazes de conseguir coisas que não imaginávamos conseguir antes de viver esse processo.

Agradeço o convite à Comissão, que estive na vanguarda desse processo. Depois veio a CLP. Faz sentido a existência da Comissão de Direitos Humanos. Sei da sua resistência para sobreviver no curso da história. Por isso é que vale a pena estarmos aqui.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputada Luiza Erundina, sempre presente.

Agradeço ao Jonas e à Roseli — permitam-me chamá-los assim —, que estão nessa batalha da sociedade civil, do Poder Legislativo. Oxalá o Ministério das Comunicações e a Secretaria da Comunicação possam ajudar mais. Fazemos esse apelo à sociedade. Vamos continuar convidando todo mundo, mas também queremos que haja resultado. Acataremos a sugestão da Deputada Luiza Erundina de realização de Comissão Pós-Conferência para cobrar os resultados e a democratização da comunicação no Brasil.

Obrigado a todos.





Vamos passar imediatamente à segunda Mesa.

Obrigado, Roseli, Jonas e Deputada Luiza Erundina.

Dando continuidade aos trabalhos, passaremos à composição da segunda Mesa, que tratará da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*.

Convido para tomar assento à Mesa o Deputado Federal Emiliano José, do PT da Bahia. S.Exa. é jornalista, professor, militante dos movimentos sociais, autor de vários livros sobre comunicação. É uma honra para nós a presença desse Deputado da Bahia, que se destacou na luta contra a censura e a ditadura. Seja bem-vindo.

Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Ricardo Moretzsohn, representante da Comissão Executiva da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania* e membro do Conselho Federal de Psicologia. (*Palmas.*) Palmas para os dois.

Convido também o Sr. Marcus Vinícius Aguiar Macedo, Procurador Regional da República da 4ª Região e Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comunicação Social, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Vamos aguardar um pouco. (*Pausa.*)

Registro a presença das Deputadas Cida Diogo e Iriny Lopes, que foi Presidenta desta Comissão; dos Deputados Chico Alencar, Nazareno Fonteles; do Professor da USP, que está aqui. Seja bem-vindo.

Agora, Deputado Chico Alencar, quem quiser ver a Deputada Iriny Lopes, poderá fazê-lo permanentemente nesta Comissão, porque, por obra não sei de quem, foram expostos os retratos dos ex-Presidentes e das ex-Presidentas. A foto da Deputada Iriny Lopes está aqui. Sem querer fazer trocadilho, não sei se foi obra do Espírito Santo — S.Exa é do Espírito Santo.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, a aguardada lista dos programas mais questionados será anunciada pelo Deputado Emiliano José?

Hoje pela manhã a *TV Câmara* fez uma entrevista comigo, e eles queriam antecipar a divulgação. Eu disse que não sabia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Alguns queriam divulgá-la em primeiro lugar e outros não queriam que ela fosse divulgada de jeito nenhum.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - (*Risos.*) Lógico.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Então, vamos seguir a ordem, pois já temos os elementos. Lembro que a Conferência Nacional de Comunicação refere-se à democracia e à era digital.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Moretzsohn, representante do Conselho Federal de Psicologia na Coordenação Executiva da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*. S.Sa. dispõe de 10 a 15 minutos.

**O SR. RICARDO FIGUEIREDO MORETZSOHN** - Boa tarde a todos e a todas.

Na pessoa do Deputado Pedro Wilson, cumprimento os demais Parlamentares presentes. Agradeço à Comissão a oportunidade de participar desta reunião.

Efetivamente, a parceria entre a campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania* e esta Comissão prolifera.

Pela escassez do tempo, pensamos o seguinte: a partir da realização da audiência sobre a Conferência de Comunicação, tendo em vista que a cada 4 meses soltamos o *ranking* dos programas mais denunciados pela população e como já estávamos nesse período, propusemos à Coordenação Executiva da campanha que esta audiência pública tivesse um segundo tempo para questões de conteúdo. O que interessa para a campanha é a discussão de conteúdo. É uma forma de controle social, que tentamos há 7 anos.

Vou falar rapidamente como funciona a campanha, para que os senhores e as senhoras tenham uma ideia.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A campanha é um movimento da sociedade civil ligado à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, e agora também à Comissão de Legislação Participativa desta Casa. Ela é composta por algumas entidades e organizações. No decorrer desses 7 anos, umas estiveram mais presentes, outras se afastaram um pouco. Mas, efetivamente, nenhuma organização ou entidade disse que não queria mais pertencer à campanha. Às vezes não aparece, mas continua a pertencer.

Temos o Conselho Federal de Psicologia; a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; vários grupos afrodescendentes; grupos homossexuais; movimento em defesa de lésbicas, gays etc.; Comissões de Direitos Humanos em âmbito



municipal, estadual ou de outras entidades; Federação Nacional de Jornalistas; TVs públicas; ONGs; INTERCOM; Intervezes etc.

Ela foi criada, em novembro de 2002 e é fruto de uma discussão que houve na 7ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, quando foi deliberado que a questão dos conteúdos midiáticos deveria ser objeto de preocupação dos direitos humanos. A ideia de criação da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania* partiu do Deputado Orlando Fantazzini, que presidia a Comissão de Direitos Humanos.

Precisamos ressaltar constantemente que isso não é censura. Todas as vezes, neste País, em que tentamos levantar... O processo da Conferência demonstra isso claramente. Todas as vezes em que se procura questionar — nem precisa ser crítica —, os veículos midiáticos se levantam, dizendo que é censura. Curiosamente, na nossa trincheira estão aquelas pessoas que foram perseguidas pela censura por décadas. E agora somos tachados de censuradores. Então, temos clareza de que é controle social.

O que consideramos baixaria? Essa discussão ocorreu desde o início. Baixaria pode ter um conceito muito subjetivo. Por exemplo: alguém liga para cá para denunciar o Faustão. Pergunto: “Por quê?” A pessoa responde: “*Porque ele é muito chato*”. Eu posso até concordar com ela, mas isso não se caracteriza como uma denúncia.

Usando a nossa metodologia, pegamos os marcos legais, os códigos legais brasileiros, tais como a própria Constituição; o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente; o Estatuto do Idoso; o Código de Defesa do Consumidor; a Declaração Universal dos Direitos Humanos; e Convenções Internacionais de que o Brasil seja signatário. Esses são os nossos marcos.

Com base nesses marcos, consideramos baixaria qualquer denúncia que caracterize afronta a algum dispositivo, a algum artigo desses códigos legais. Estamos divulgando hoje o 16º *ranking*. As cópias dos pareceres estão disponíveis. Quem tiver interesse pode consultá-los para ver se eles afrontam os princípios da campanha, em termos de marcos legais — inclusive quais são os artigos.

A forma mais comum de desrespeito aos direitos humanos na TV, nesses anos, são as seguintes:



- 1 - Apologia ao crime de forma geral.
  - 2 - Discriminação, preconceito racial, sexual, religioso.
  - 3 - afronta à dignidade humana — as famosas pegadinhas.
  - 4 - Exploração sexual.
  - 5 - Estímulo ao erotismo infantil. Essa questão me toca particularmente. Acho um absurdo o que fazem com as nossas crianças. É algo totalmente criminoso.
  - 6 - Exposição abusiva de crianças e adolescentes.
  - 7 - Divulgação de imagens de internos ou suspeitos. É aquela história: hoje, principalmente nas televisões que fazem uso de forte apelo popular, a pessoa que aparece na TV já está condenada *a priori*. A presunção de inocência garantida pela Constituição brasileira vai para o ralo.
  - 8 - Restrição da liberdade de expressão. Nossos empresários gostam muito de falar de liberdade de expressão, e nós a defendemos intransigentemente. Mas essa liberdade deve ser dada a todos, não ao grupo empresarial.
  - 9 - Divulgação de crime sem prova ou condenação. Cito o caso da Escola Base, em São Paulo, em que um casal foi denunciado por um criança, que disse estar sendo assediada sexualmente. A escola foi depredada, o casal sofreu uma desmoralização pública terrível, e depois concluíram que aquelas pessoas eram inocentes. Que reparação pode ser ofertada a alguém que passou por tal humilhação?
  - 10 - E, principalmente, criminalização dos movimentos sociais. Hoje, os movimentos mais importantes deixam de ser movimentos sociais para serem movimentos criminosos.
- A mídia é muito perspicaz, muito sagaz. Ao soltar uma notícia, deixa de ser bandeira justa para ser bandeira criminosa.
- Nossa metodologia é esta: utilizamos o telefone da Câmara dos Deputados (0800619619) ou o *site*. Qualquer cidadão que se sentir afrontado na sua dignidade poderá entrar em contato conosco. Inicialmente, vemos se há fundamentação na denúncia. Temos o Conselho de Acompanhamento de Programação, que não tem número fixo, mas é parceiro da campanha. Esse número é elástico, não é algo formal.



Cada programa tem um parecerista, ou mais de um. Esse relatório e esse parecer são encaminhados ao Conselho de Acompanhamento à Programação, que é quem efetivamente — quer dizer, nós funcionamos de uma forma muito democrática — quem efetivamente aprecia o parecer e concorda com ele ou não, em nome da campanha. Daí enviamos a correspondência para a própria emissora, para o programa, para o Ministério da Justiça, para o Ministério Público Federal, para o Ministério Público Estadual, e para os anunciantes.

Daí o nome: Quem Financia a Baixaria contra a Cidadania. Por quê? A gente vai atrás é dos anunciantes. Aí dizemos: olhe, seu produto está associado a um programa considerado de baixaria. É um programa que afronta os direitos humanos. Alguns anunciantes tiveram uma resposta muito boa; disseram inclusive que não sabiam, que eles contratam grandes agências de *marketing*, que não sabiam exatamente onde os seus produtos estavam sendo anunciados. Alguns recuaram. O problema de discutir a mídia, todos nós sabemos, é que a gente não sai na mídia quando discute a mídia. Então, eventualmente em algum raro serviço comunitário legislativo é onde conseguimos espaço para fazer essa divulgação.

Nestes 7 anos, as conquistas: nós já recebemos cerca de 30 mil denúncias fundamentadas; criamos o Dia Nacional contra a Baixaria na TV, que é o terceiro, todo terceiro domingo do mês de outubro; a resposta positiva de anunciantes; algumas mudanças nas grades e nos conteúdos; esse direito de defesa na *RedeTV* foi uma ação com que o Intervenções entrou junto ao — era Sérgio Siuama, não é? — Procurador da República de São Paulo, a partir do material que a campanha contra a baixaria subsidiou. Com isso, tirou-se aquele João Cleber do ar, por decisão judicial. Vejam bem: por decisão judicial, por programas homofóbicos. Eles insistiram; a juíza inclusive chegou a retirar o sinal da *RedeTV* em São Paulo; foram 25 horas, não é? Fora do ar. Eles não acreditaram que a Justiça pudesse ter coragem de fazer isso. Felizmente, nesse caso foi.

Tivemos a criação do Programa *VêTV*, que é do nosso querido Laurindo ali, que é o âncora do programa, e nós fizemos essa parceria com o *VêTV*; a colaboração na discussão sobre publicidade endereçada a crianças e adolescentes, e é um tema muito caro o assédio à criança de produtos publicitários (ou seja, queremos registrar: nós não somos contra a publicidade de brinquedos, ou até de



alimentos, desde que seja endereçada aos pais, não para a criança. A criança não tem discernimento para saber aquilo que ela está adquirindo); a Portaria lá, a 1.220, e nós colaboramos com todo o processo da portaria sobre a classificação indicativa de programas; e fizemos recentemente um convênio com a Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão, e eu acho que Marcus Vinícius deve tocar nisso, não é, Marcus? Eu acho que ele vai falar.

Por favor, passe agora os outros.

Então, aproveitando agora, rapidamente, eu vou... esse é o 16º *ranking* de baixaria na TV; estão divulgando-o hoje. Então, de forma geral, a gente pega os 5 programas mais denunciados. De forma geral, eles... o que é que as denúncias... um resumo das denúncias: apelo sexual, incitação à violência, apologia ao crime, desrespeito aos valores éticos das famílias em horário impróprio — são as principais reclamações dos telespectadores que nortearam a elaboração desse *ranking* das baixarias.

Curiosamente, esta é a primeira vez em que o nosso *ranking* sai com um programa regional. Nós temos 3 programas hoje de sinal nacional, de rede nacional, e 2 programas na Bahia que foram denunciados. Dos 5 programas denunciados, esses 2 programas, que vêm a ser o *SuperPop* e o *Pânico na TV*, são reincidentes, já estiveram em outros *rankings*, então merecem a atenção de toda a sociedade — ouviram, telespectadores e educadores? — para que não continuem a desrespeitar os direitos humanos na televisão.

Também fazem parte da lista dos mais denunciados os programas policiaiscos. São esses 2 da Bahia e um programa esportivo. O programa esportivo é o *Jogo Aberto*, que é um programa que passa em sinal nacional durante um período e depois só passa em São Paulo, para a praça de São Paulo, e as denúncias maiores foram com relação à praça de São Paulo. Nesse caso... ele recebeu o maior número de denúncias, mas nesse caso, dentro da metodologia na campanha, na verdade a gente faz uma recomendação à *BAND* para que seus programas de futebol, que tratam de esporte, não necessitem tanto carregar na emoção, no sentido de baixar o nível, porque as denúncias são de formas... são de reclamação contra desrespeito a nordestino, desrespeito a negro.



É claro que há paixão; futebol é algo apaixonante, apela para a emoção. Agora, é muito curioso que fiquemos discutindo o fim da violência nos estádios enquanto subliminarmente esses programas promovem é a agressividade mesmo, não é? Quando há ali um locutor, um comentarista que “desce o pau” no outro. Enfim, é uma forma de se incitar a violência.

O *Pânico na TV* e o *SuperPop* são reincidentes. Aliás, precisamos pensar — quero até aproveitar Marcus Vinícius aqui, o Procurador —, estamos precisando talvez chegar a uma conversa em que... A *RedeTV*, programas na *RedeTV* têm sistematicamente entrado nos *rankings*. Há possibilidade de, não sei, um termo de ajustamento de conduta, alguma coisa dessa ordem? Mas é algo que pretendemos ainda depois conversar com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

O *Na Mira* e o *Se liga Bocão*, da Bahia, são 2 programas que têm uma audiência enorme, e passam no horário do almoço. Para que os senhores tenham uma ideia, em um deles, inclusive, um dos apresentadores vira, no ar, e pede às pessoas que fotografem cadáveres no meio da rua e mandem para o programa. Ou seja, com essa história agora de celular fotografar e filmar, o que eles querem é fotos e filmagem de cadáveres. Quanto mais sangue, melhor. E é um programa que passa na hora do almoço!

Então, aqui há... a gente se preocupa um pouco. Por exemplo, diz-se: ah, mas só são essas denúncias... São. Nós acumulamos já 30 mil denúncias, cerca disso. Agora, se chega 1 denúncia, para nós — estou concluindo, Deputado —, se chega 1 denúncia, para nós é importante, porque há algum cidadão ali se sentindo atingido, afrontado em sua dignidade, ou o que quer que seja. Então, é curioso. Por exemplo, quando você... Há uma medicação; você toma, uma pessoa toma uma medicação; fez mal a ela, há todo um aparato legal, no sentido de que se tem de verificar o que há. Então, nós pensamos que, independentemente do número de denúncias, até porque nós não temos mídia para falar da campanha, a dificuldade enorme é essa, nós achamos que é uma ferramenta, uma maneira de controle social que acreditamos que faz alguma diferença.

Bem, gente, em princípio era isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Dr. Ricardo Moretzsohn, representante da Comissão Executiva da Campanha Quem Financia a Baixaria contra a Cidadania e membro do Conselho Federal de Psicologia.

Passo a palavra ao Deputado Emiliano José, por de 10 a 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ** - Eu queria destacar — em princípio, cumprimento a Mesa, o Deputado Pedro Wilson e meus companheiros aqui de debate —, eu queria destacar a importância dessa campanha Quem Financia a Baixaria contra a Cidadania, a extraordinária importância dessa campanha.

Disse, quando fui convidado, que não sou um especialista ou um profundo conhecedor de toda essa trajetória. E, quando a gente assume o mandato, a gente acha que domina todos os assuntos, mas, como passou pela universidade, a gente logo situa as limitações também. Na academia há uma boa mania, que é dizer: desse assunto eu não entendo. Deputado nunca diz assim: desse assunto eu não entendo. Ele vai para o debate e topa a briga. Não é, Chico? Não é assim que faz o Deputado? *(Risos.)*

Então, eu estou dizendo logo da minha limitação: não é um assunto em que eu tenha especialidade. Eu li muito, lidei muito na universidade com comunicação e política. Mas tem a ver, porque... eu pergunto, logo de cara: aquele cartaz eu acho extraordinário, não é? Vamos desvelar os donos dessa voz. Nós estamos discutindo aqui a convocação da Conferência de Comunicação. Já está em andamento, tenho acompanhado, tenho visto os esforços da Deputada Cida Diogo, da Deputada Luiza Erundina e de tantos companheiros, do Coletivo Intervezes. Tenho acompanhado o máximo que posso, e considero que é um passo que nós vamos dar realizando, e vamos realizar, será um passo extraordinariamente importante para a vida política do País. Não é apenas... porque a democracia, no Brasil, para se consolidar, depende da democratização dos meios de comunicação, no sentido mais amplo da palavra, e tem a ver com o que estamos discutindo aqui, com a baixaria.

Quem são os donos da voz no Brasil? Quem é que interpreta o Brasil? Quem passa a interpretação do Brasil? Quem faz a construção da realidade social no Brasil senão um grupo seletivo, seletíssimo, de enunciadores, os donos do discurso? Nós temos donos de discursos no Brasil, porque a construção social é feita midiaticamente, não é? Nós não estamos juntos, todos, sempre. Nós sabemos o que





acontece no Senado, nós sabemos o que acontece no campo de futebol, nós sabemos o que acontece no mundo pelos meios de comunicação. E é um grupo extremamente seletivo, pequeno, que enuncia, que produz o discurso. Isto é que é grave: há o monopólio do discurso no Brasil, monopólio ou oligopólio, se quisermos. É um grupo pequeno, que hegemoniza o discurso, e que diz o que é o Brasil e o que é o mundo.

Nós recebemos, todos nós — e estou dizendo obviedades, mas a obviedade nestas horas é absolutamente essencial —, nós recebemos o que é a guerra do Iraque, o que é a guerra do Afeganistão, o que é o Brasil, o que é o Nordeste, o que é a Amazônia, o que é a política, por essa leitura, e isto de desvelar os donos dessa voz é muito importante. Por que é que eles estão reagindo à Conferência Nacional de Comunicação? Não é por outra razão. É porque ali, no *minimum minimorum*, nós podemos desvelar os donos da voz, dizer quem são, porque nós vamos dar um primeiro passo ainda, não é, Deputada Erundina? Não vamos ainda... não é? Vamos dar um primeiro e importantíssimo passo, e depois, disse bem a Deputada, nós devemos continuar dando passos, não é? No Brasil as coisas não acontecem assim, não é? Não é o assalto ao Palácio de Inverno. Não é assim. É mais Gramsci do que Lenin, eu diria. Vamos dando passos e passos. Este passo é muito importante, é importantíssimo, essencial.

E eles estão reagindo não é por acaso, porque às vezes nem nós mesmos damos a importância devida aos passos que estamos dando. Eles não estão reagindo por acaso. Eles sabem da importância dessa Conferência. Eles se retiraram, e nós estamos dizendo: nós queremos que eles participem. Não estamos dizendo que vamos excluí-los, não. Pelo contrário, nós queremos que eles venham, participem, e se nós conseguirmos constrangê-los a alguma melhora, ótimo! Que assim seja, não é? A algum grau de democratização dos meios existentes, ótimo! Que assim seja. Estamos dando passos.

E eu tenho a opinião de que a baixaria é muito ampla, é muito ampla na mídia brasileira. Se eu estendesse, eu diria que ela é uma baixaria e estenderia isso hoje ao conjunto da produção jornalística brasileira, porque ela não tem, no fundamental, nem a observância dos critérios elementares da produção jornalística, a observância dos diversos lados de um acontecimento, o ouvir as diversas fontes envolvidas no



acontecimento, aquelas coisas que estão nos manuais que as redações têm, mas que as redações, ou por orientação ou por vícios, não observam mais.

Quantos acontecimentos nós vemos, ouvimos, assistimos, que não têm muita correspondência com a realidade, que no geral têm uma cobertura enviesada, uma apreciação absolutamente parcial? E o jornalismo fala de objetividade, fala numa posição quase de Deus: vamos buscar a verdade no mundo, quando sabemos que o jornalismo é sempre interpretação, e no caso brasileiro é uma interpretação sempre partidária, no sentido amplo da palavra partidária. O jornalismo brasileiro tem um lado clarissimamente estabelecido. Os nossos colunistas, na sua grande maioria, têm lado, e clarissimamente estabelecido. E digo, para dizer de uma maneira muito ampla: não é o lado do povo brasileiro. É sempre contra nós.

E “nós” aqui estou usando de maneira muito ampla. Não estou falando do meu partido apenas. Estou falando do lado dos interesses do povo brasileiro de maneira geral. Se eu pego de Getúlio para cá, para não ir muito longe, até hoje, é só olhar cada episódio e ver como a mídia se situou como partido. E eu falo desta forma mesmo, e não estou... é partido! Partido aqui não no sentido de partido político, mas ela constitui uma espécie de partido. Contra Getúlio, ali, claramente, leva... E quem quiser ler, acho que o último livro de Flávio Tavares é excepcional quanto a isso. Ou, em 1964, era de Goulart e suas reformas, era contra, claramente contra, etc. E muitos, e o próprio Juscelino. Como era Juscelino... não é? Mas o próprio Juscelino; e Jango, por causa das reformas, e tudo, ela vem... E mesmo os que depois vieram a se colocar contra... Cito o *Correio Braziliense*, que ali, naquele episódio, foi absolutamente contrário às reformas, e contra Jango, e depois sofre a perseguição da ditadura; a espada volta-se contra si mesma, não é? E por aí vai.

Se a gente quiser pegar a própria convivência com a ditadura, é ilusão ou falso dizer que a mídia brasileira lutou contra etc. A maioria não lutou, e na maioria houve convivência mesmo, inclusive com a censura. A verdade é essa.

Então, quando eu digo que... quando falo em baixaria, para me apropriar do termo, eu digo que é baixaria também mentir, é baixaria também falsear a realidade, como a mídia brasileira o faz permanentemente. Não adianta que nós... Não quero escamotear isso! Já me disseram numa... Já me disseram, a mim, alguns Deputados disseram o seguinte: você é muito corajoso ao falar assim da mídia. Eu digo: olhem,



coragem eu reservei para outros momentos. Quando tive, até reservei. Mas para isso, não. Eu digo isso em qualquer lugar, em absolutamente qualquer lugar.

É uma obrigação nossa a luta contra essa mídia partidarizada no Brasil. É uma obrigação nossa a luta para desnudar politicamente a mídia brasileira, que é uma mídia que tem lado permanente. Eu não preciso nem citar as Mirians Leitões da vida para dizer como se posicionam na vida política brasileira. E sempre, continuamente! Aquelas meninas do Jô são um escândalo de partidarização, de... É uma coisa que dá um certo engulho; como se diz, dá um enjoo aquele tipo de coisa, porque não há nenhuma... nenhum cuidado, nenhuma... Vamos contrabalançar as coisas, não é? Vamos dizer assim, vamos... Não, não têm! Não têm. Têm lado.

Bom, se têm lado, deviam dizer, eu não tenho nada contra. Nos Estados Unidos os jornais dizem assim: estamos apoiando este ou aquele, e está tudo muito bem. Agora, digam e não se finjam de imparciais. É muito importante dizer isto. Digo, então: em tudo isso está sendo dito aqui — e até 2 programas da Bahia foram agraciados, de modo absolutamente justo —, a baixaria é funcional. Ela faz parte do que eu chamo de complexo da mídia com a pretensão de controlar, não é? A mídia tem pretensões. Que o faça, não, porque o povo brasileiro já deu demonstrações de que não é domável dessa maneira como a mídia pretende. Mas outro dia um representante da *Globo* disse aqui: nós fazemos a alma do povo brasileiro. Eles pretendem isso, e têm importância na constituição de corações e mentes do povo brasileiro. Têm, não subestimemos isso.

Quando eles exploram o sórdido, quando eles desrespeitam o povo, quando eles incitam a violência, quando eles usam todos os vocábulos impróprios, quando expõem pessoas ao ridículo, quando fazem apelos sexuais — e isso é muito comum, não é? Isso nos programas variados.

Eu creio que a campanha observa isso, porque a desqualificação de gays, de lésbicas, de homossexuais de maneira geral é uma coisa permanente na televisão brasileira. O excesso de nudez, então, esse aí está em tudo, não é? O desrespeito à pessoa humana, incitação à violência. Tudo isso que se falou aqui é parte de um edifício midiático. Tem-se o jornalismo sobre o qual falei, tem-se os outros entretenimentos um pouco mais intelectualizados. Peço desculpas pela palavra. Há novelas até interessantes. Nelas vamos encontrar também uma estruturação de



classes, um jeito de colocar os personagens. Isso, agora, mudou um pouco, porque há negros e negras como protagonistas. Mas houve um tempo em que isso não acontecia nas novelas.

Além disso, tem-se o complexo do entretenimento. Esses programas da baixaria pretendem ser também, sordidamente, um complexo de entretenimento. É um exagero dizer isso, mas é verdade: *“Vamos explorar o que há de sordidez na pessoa humana, porque há reação positiva à audiência em face disso. Se há audiência, vamos continuar”*. Vejam! O argumento é sempre falso: *“O povo gosta disso”*. Mas gosta porque outra programação não lhe é oferecida naquele horário.

A Deputada Cida Diogo disse que aqui temos trezentas coisas ao mesmo tempo para fazer — e eu tenho uma audiência agora na Comissão de Educação e Cultura com o Ministério do Planejamento.

Para concluir, é muito importante a continuidade dessa Campanha. Creio que a Conferência Nacional de Comunicação é um momento privilegiado para insistirmos nisso e, sobretudo, na gravidade de um país deste tamanho, desta dimensão, do País mais importante da América Latina ter o seu discurso midiático controlado por um grupo que não deve passar de 15 famílias. Essa é a questão que temos de discutir nessa Conferência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputado Emiliano José, professor, que traz essa reflexão sobre a comunicação e a política.

Registro a presença do nosso querido Deputado Geraldo Thadeu, já recuperado plenamente.

Seja bem-vindo, jornalista e professor da USP Laurindo Leal, entrevistado do programa *Ver TV* da *TV Câmara*. Agora, o senhor está nos vendo.

Passo a palavra ao Sr. Marcus Vinícius Aguiar Macedo, Procurador da República da 4ª Região e Coordenador do Grupo de Trabalho sobre a Comunicação Social da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. S.Sa. dispõe de até 15 minutos.

Obrigado pela presença.

**O SR. MARCUS VINÍCIUS AGUIAR MACEDO** - Muito obrigado. Boa tarde a todos.



Cumprimento especialmente o Deputado Pedro Wilson, o Deputado Emiliano José e o Dr. Ricardo, que me antecedeu.

Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, estou aqui representando o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da República.

Uma série de representações já se manifestaram. Estamos aqui pelo fato de termos sido, ao longo destes últimos anos, desde a configuração da Comunicação Social na Constituição de 88, na verdade, os destinatários de representações não só desta Comissão, da Campanha, mas da sociedade civil organizada e até da desorganizada que dizem respeito a programas que ofendem profundamente a dignidade humana.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Somos uma instituição grande. Daí a necessidade de nos departamentalizarmos. Nós nos organizamos em departamentos. Na minha instituição quem cuida da área de direitos humanos é um grande departamento chamado Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, uma espécie de promotoria federal — somos 900 no Brasil. É claro que até mesmo na PFDC há necessidade de compartimentar ainda mais. Portanto, no âmbito dessa Procuradoria há um grupo de trabalho do qual participo.

Dois colegas e eu somos titulares — há outros tantos suplentes. Trabalhamos, há alguns anos, o tema comunicação social com todos os seus vieses e variantes.

Hoje vou atacar um dos seus principais vieses, a qualidade da comunicação social, em que pese tenhamos trabalhado também 2 outros grandes vieses, quais sejam, a TV pública, essa que está para ser criada, e a TV digital brasileira.

Tratamos, à luz do que faz a PFDC, a comunicação social como um direito humano — direito humano à recepção de informações, à participação na produção das informações, direito a uma informação de qualidade, direito à proteção contra eventuais e potenciais abusos. E é direito humano na linha do que a própria antropologia diz.

Clamo a lume esse importante professor — já foi assessor da ONU nessa área —, que diz que comunicação social é um processo fundamental, tem a ver com



a criação de comunidades e culturas, é muito mais do que transmissão de mensagens.

É claro que, no cenário da comunicação social, portanto, vista como direito humano, o principal ator hoje é a mídia. Então, ela aparece ora como mocinho, ora como bandido. A mídia pode, sim, assumir 2 papéis distintos: ora difundindo, protegendo e consolidando direitos, ora afrontando direitos, como se viu aqui, há pouco, nos exemplos que o Ricardo demonstrou, violando ou direitos individuais ou direitos de grupos e minorias, etc.

Quando se fala de mídia, tem-se que falar sobretudo de televisão, que efetivamente predomina: dois terços da população do Brasil não leem jornais e revistas habitualmente e 90% dos domicílios possuem aparelho de televisão. Muitos desses 90% têm mais de 1 aparelho de televisão na residência; 88% possuem rádio, mas poucos se utilizam dele.

Temos ainda um problema sério no que diz respeito ao sistema de mídia como um todo: televisão e rádio. Esse é um sistema caracteristicamente privado, numa propriedade cruzada, ou seja, o proprietário que detém o jornal, detém também o rádio e a televisão. Há um alto controle familiar. A mesma família detém o mesmo grupo regional. Há um elevado controle regional por parte de grupos vinculados à política, o que inclusive é proibido pela Constituição Federal. Há uma concentração muito grande no eixo Rio/São Paulo, ou seja, muito pouco há de programas regionais do Norte e do Nordeste, por exemplo. TVs e emissoras de rádio sob estrito controle governamental. Às vezes, são muito mais TVs e emissoras de rádio do Governo do que dos Estados ou dos Municípios.

Há inexistência de um sistema público de complementaridade. É isso que se está pretendendo fazer agora com a EBN, recentemente criada.

Quando se fala em mídia, principalmente sobre esse papel de bandido, trago a lume depoimento bastante insuspeito de Drauzio Varella, que trabalha na Rede Globo. Ele escreveu um texto em 2002 que diz: *“Até que ponto, prezado leitor, a banalização de atos violentos exibidos nas salas de visita pelo País afora diariamente, dos desenhos animados aos programas do mundo cão, contribui para a escalada da violência urbana?”* Ele responde: *“A literatura médica já publicou sobre o tema 160 estudos, envolvendo quase 45 mil pessoas, 124 estudos laboratoriais, 7*



*mil participantes. Absolutamente todos demonstraram a existência de relações claras entre a exposição de crianças” — cuja personalidade ainda está em formação — “à violência exibida pela mídia e o desenvolvimento de comportamento agressivo”. Há consenso entre especialistas a respeito dessa violência apresentada diariamente pela televisão.*

Um texto mais recente, uma resposta, na verdade, a essa crítica da *Folha* do dia 31 de julho — esse texto também é do dia 31 —, em que defende a extinção dessa TV pública que se quer criar. E, então, o Marcelo Sales, da Intervozes, diz o seguinte: *“Sim, amigos, a televisão privada brasileira é um lixo, sim. Ela não presta. Raríssimos são os programas razoáveis. Na Globo, por exemplo, nada menos que metade da programação, entre 12 e 24 horas é de novela. E de uma novela que dissemina os piores valores morais que existem. Uma novela que faz a nossa empregada doméstica imaginar que todo mundo na Índia, por exemplo, fala português. Por outro lado, não dá para dizer que seja tudo igual. Há iniciativas boas. Há televisões educativas — aqui, ali e em alguns Estados — muito boas, e não é por isso que o projeto” —* isso é o que defende o Marcelo Sales — *“da criação pública, desde que seja uma TV de Estado, e não uma TV de Governo deva ser sufragado”.*

Bom, acabamos adentrando, portanto, na questão da qualidade da informação, da qualidade da programação televisiva, como principal instrumento de mídia, uma questão que, com certeza, será muito tratada na Conferência Nacional, uma questão que urge. É uma questão normatizada não só no Brasil, hoje, por meio de portarias do Ministério da Justiça, mas é uma experiência de normatização em qualquer democracia desenvolvida do mundo.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a veiculação de programas obscenos, em que o sexo não seja totalmente explícito, não é tolerada em nenhum horário. Já aqueles em que a sexualidade não seja explícita não podem ser veiculados em horário livre, ou seja, o horário em que a criança e o adolescente, personalidades da informação, estão à frente da TV.

Na Alemanha, ocorre a mesma coisa. Filmes não aconselháveis a menores de 16 anos estão liberados após as 22 horas. Filmes não recomendáveis para menores de 18, só após as 23 horas, como é no Brasil hoje.



Na Suécia, acontece a mesma coisa. Também há diferentes faixas de horário. Dependendo da faixa etária, a Suécia — apenas chamo a lume o exemplo sueco —, há muito tempo, aboliu qualquer propaganda, qualquer publicidade direcionada para crianças na programação televisiva. Então, vejam: lá não só foi abolida a questão do *merchandising* testemunhal — a criança fazendo propaganda — como também a própria propaganda direcionada à criança.

Na Austrália, o sistema é parecido com o nosso: regulação por faixa etária.

Na Argentina, ocorre o mesmo: um órgão se encarrega disso.

No Brasil, é claro, a partir de 1988 e desses exemplos internacionais nós nos obrigamos a construir o nosso sistema de controle.

Chamo de novo aqueles números: dois terços da população não leem jornal nem revista; 90% têm televisão em casa, o que faz com que muitos dos nossos espectadores acordem olhando televisão, vão dormir olhando televisão, quando não passam a noite olhando televisão. Ou seja, muito do entretenimento de muitas pessoas hoje, no Brasil, se resume unicamente a ficar na frente da televisão.

Essa realidade é particularmente preocupante com crianças, porque quase 70% delas preferem TV a qualquer outra forma de entretenimento, mesmo computador, brincar na rua, futebol. Mas ficam na frente da televisão de 3 a 4 horas por dia — esta é a média de tempo em que uma criança fica à frente da TV.

Quase 60% dos pais não têm absolutamente nenhum controle sobre o que as crianças assistem na TV. Portanto, houve a necessidade, a partir de 1988, em estabelecer os princípios que norteariam esse controle. Então, o Constituinte o fez dizendo que a comunicação social dará preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, respeitando os valores éticos, sociais da pessoa e da família. Ao mesmo tempo, vedou qualquer censura de natureza política, ideológica e artística, estabeleceu competência sobre os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas que agredem esses valores.

Próximo. É claro que, então, tivemos que contrapor 2 diferentes valores, ou seja, o direito à liberdade de expressão, não à censura, e o direito ao desenvolvimento das pessoas que, afinal de contas, estão com a sua personalidade em formação — crianças e adolescentes. Isso se fez por uma forma, que foi o ECA.





Então, na verdade, o ECA foi exatamente a lei federal que veio regulamentar, criar um sistema de classificação indicativa, tal como hoje o temos por meio das portarias do Ministério da Justiça.

Então, na verdade, a classificação indicativa, como a temos hoje, ela tenta, na verdade, equilibrar 2 importantes valores, o direito à não censura e o direito à proteção à criança e ao adolescente. A partir do art. 21 c/c o art. 74, do ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente, editado em 1988, exatamente para regulamentar isso que nós podemos chamar hoje no Brasil de classificação indicativa.

Essa classificação indicativa tem previsão, portanto, na Constituição e no ECA; e o ECA faz a remissão às portarias do MJ — já tivemos 3. E, hoje, a que está vigendo é essa última que está aqui, de 11 de julho de 2007. Na verdade, é ela que regula como se dá a nossa classificação indicativa, que nada mais é do que um sistema de informação por meio de símbolos que mostram para qual faixa etária cada programa é indicado.

Próximo. Esse sistema de informação, na verdade, criam uma vinculação: qual é o programa que pode ser apresentado e em qual horário. Ou seja, programas não recomendados para até 10 anos, estes podem ser apresentados, efetivamente, em qualquer horário. A partir daí há limitações. Ou seja, um programa que seja não recomendado para menores de 12 anos, só a partir das 20 horas; um programa não recomendado para menores de 18 anos — com sexo explícito ou quase explícito — só a partir das 23h. Então, pensem os senhores nas dificuldades de um país continental como o nosso. Trabalhei 10 anos no Acre; trabalho agora no Rio Grande do Sul, sou gaúcho. Chegamos a ter lá no Acre uma diferença de fuso horário de 3 horas. Então, enquanto um programa praticamente pornográfico era exibido em São Paulo às 23h, este programa passava às 8 da noite lá no Estado do Acre. E assim foi durante muito tempo.

Nós ainda temos uma diferença horária, durante o horário de verão. No Acre, ela é de 2 horas, o que é particularmente grave, e o que talvez explique alguns problemas muito localizados que nós temos no Norte — índice alto de gravidez, em relação ao resto do País, de crianças de 9, 10 anos, índice alto de doenças



sexualmente transmissíveis, muito superior a qualquer outro Estado da Federação. Repito: talvez explique.

Bom, esses critérios levam em consideração o quê? Os critérios do MJ levam em consideração o que outros países já levaram: cenas de sexo e violência, sobretudo drogas. Ou seja, não é possível que nossas crianças e adolescentes se vejam à frente da televisão assistindo a um desenho animado em que a girafa do desenho animado começa a cheirar cocaína ou em que há uma insinuação de que usou qualquer alucinógeno. E nós, efetivamente, já tivemos exemplos no Brasil de desenhos apresentados exatamente dessa forma.

Vejam que esse é um sistema de autoclassificação. Cada emissora, portanto, autoclassifica os seus programas. Não era assim até há pouco, mas a portaria em vigor do MJ fala de um sistema da autoclassificação. É claro que essa autoclassificação pode ser revisada; e, caso não esteja em conformidade com os ditames de todo o ordenamento, vai acabar indo para o Ministério Público. Porque é ao Ministério Público que cabe, afinal de contas, entrar em juízo, pedir a retirada desse ou daquele programa exibido no Acre, pedir até a cassação da concessão, levantar dano moral coletivo. Então, na verdade, esse poder de polícia acaba sendo exercido hoje pelo Ministério Público.

Pensem os senhores: hoje, na novela que nós vemos às 9 da noite, há uma classificação indicativa, a de que só pode ser apresentada depois das 20 horas. Pois bem. Pensem quando essa novela for apresentada no *Vale a Pena Ver de Novo*, à tarde. Então, tem que haver uma necessária reformatação da própria novela, sob pena de cenas de sexo, drogas etc. acabarem sendo apresentadas no horário da tarde perante crianças e adolescentes.

Próxima imagem. A função da classificação, portanto, é informar pais, proteger crianças e adolescentes. Lembro que tudo isso está sujeito ao monitoramento, à classificação televisiva, com exceção dos programas ao vivo. Então, portanto, os programas do Faustão, do Gugu, que, aliás, não está mais no SBT do Sílvio Santos, outros programas ao vivo, os jornais todos, inclusive os jornais policiaiscos, esses, de acordo com o regulamento que nós temos hoje — quem sabe, possamos rever isso na Conferência — não estão sujeitos a essa classificação indicativa. É claro que quando há uma violação a algum direito nesses



programas isso pode ser objeto de revisão, de forma provocada ou de ofício pelo próprio Ministério Público, através de atuação junto ao Judiciário.

Estou terminando.

No âmbito do MPF, onde eu trabalho, tentamos coordenar a atuação dos 900 procuradores que atuam no Brasil inteiro, voltados a este tema. Nós temos trabalhado essa questão já há muito tempo, em articulação com os mais diversos setores da sociedade, governamentais e não governamentais. Falamos da democratização e do controle social dos meios de comunicação, seja na defesa da classificação indicativa, tema em que atuo especificamente, seja no controle das concessões públicas dos serviços de radiodifusão de sons e imagens. Hoje no Ministério das Comunicações é um problema a questão das concessões. Praticamente todas as concessões que existem hoje, de rádio especificamente, todas elas são irregulares, porque todas elas estão vencidas. E temos trabalhado sobre isso com audiências públicas, com propositura de ações nos Estados, com o encaminhamento de recomendações. Assinamos agora há pouco um protocolo de cooperação entre a PFDC e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara, com relação ao envio *on line* das denúncias da campanha contra a baixaria. Portanto, queremos aprimorar de forma muito mais rápida esse nosso trabalho. E estamos, juntamente com vários setores da sociedade brasileira, nos preparando para a CONFECOM.

Audiências públicas lá no Acre... O problema é tão sério que parece mentira. Mas conseguimos reunir toda essa gente aqui para tratar do quê? De comunicação social. E a queixa lá é uma coisa só: *“eu não aguento mais ver às 8h, 9h da noite cenas de sexo explícito, com meu filho à frente da TV”*.

E isso não é só em Rio Branco, na capital, como também em outras cidades e outros Estados da Federação. No Rio de Janeiro já foram feitas essas audiências. E hoje está-se pensando em fazê-las nos demais Estados. Mas nós há muito tempo vimos fazendo essas reuniões no Ministério Público.

É isso. Eu paro por aqui porque acho que meu tempo já acabou.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado ao Dr. Marcus Vinícius Aguiar Macedo, aqui representando a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.



Nós estamos com uma situação: foi pedido que encerrássemos todas as audiências. É porque a sessão da Casa está na fase da Ordem do Dia. Ainda não há votação, mas já houve apelo do Presidente nesse sentido. De tal sorte que eu perguntaria se mais alguém quer fazer uma breve comunicação, bem objetiva, porque estamos diante desse fato superveniente. E peço desculpas ao Dr. Marcus Vinícius, ao Dr. Ricardo Moretzsohn. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, mais uma vez agradeço a todos. Vamos continuar esse debate, essa pesquisa e a divulgação da XVI Reunião do Ranking da Baixaria na TV. Temos o desejo de fazer um debate forte que possa reproduzir, como aqui o senhor mesmo falou, as opiniões da sociedade. Porque nós sabemos de onde vêm as opiniões publicadas. Nós queremos as opiniões públicas.

Alguém mais gostaria de fazer alguma colocação?

Vou encerrar esta audiência, com 2 Mesas realizadas.

Mais uma vez, gostaria de comunicar que o Deputado Luiz Couto está em viagem à Costa Rica, participando de uma reunião da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Meu muito obrigado a todas as entidades que estiveram aqui representadas. Muito obrigado a todos pela presença.

Declaro encerrada esta audiência pública que imagino tenha realizado seus objetivos.

Está encerrada a reunião.